

# PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS **16**



1



## Índice

<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	<b>iii</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS</b> .....	<b>iii</b>
<b>GLOSSÁRIO DE SIGLAS</b> .....	<b>iv</b>
<b>1. ENQUADRAMENTO LEGAL</b> .....	<b>5</b>
<b>2. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO</b> .....	<b>8</b>
2.1. Perímetro de Consolidação .....	8
2.2. Caracterização das Entidades .....	9
2.2.1. Município de Cantanhede .....	9
2.2.2. Associação Beira Atlântico Parque .....	9
2.2.3. BIOCANT - Associação de Transferência de Tecnologia .....	9
2.2.4. INOVA-Emp. de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA..	10
2.2.5. WRC-Web para a Região Centro-Agência de Desenvolvimento Regional, S.A. ...	10
2.3. Métodos e Procedimentos de Consolidação .....	11
2.4. Análise Económico-Financeira Consolidada .....	11
2.4.1 Balanço Consolidado .....	11
2.4.2 Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza .....	13
2.4.3 Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais .....	14
2.5 Indicadores de Gestão .....	15
<b>3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS</b> .....	<b>17</b>
3.1. Balanço Consolidado .....	18
3.2. Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza .....	21
3.3. Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais .....	23
3.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas .....	25
<b>ANEXOS</b> .....	<b>45</b>
Anexo I - Movimentos Extra Contabilísticos de Eliminação das Operações Recíprocas .....	46
Anexo II - Movimentos de Recebimentos/Pagamentos a Anular .....	50
Anexo III - Saldos e Fluxos Financeiros .....	52
Anexo IV - Garantias Prestadas e Contas de Ordem .....	55
Anexo V - Critérios Valorimétricos .....	57
Anexo VI - Ativo Bruto .....	62
Anexo VII - Amortizações e Provisões .....	64
<b>TERMO DE ENCERRAMENTO</b> .....	<b>66</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Perímetro de Consolidação.....	8
---	---

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Balanço Consolidado Sintético.....	12
Quadro 2 - Demonstração Consolidada de Resultados por Natureza .....	14
Quadro 3 – Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais.....	15
Quadro 4 - Indicadores Económico-Financeiros .....	15
Quadro 5 – Entidades inseridas no Perímetro de Consolidação.....	27
Quadro 6 – Entidades Excluídas do Perímetro de Consolidação.....	28
Quadro 7 – Número Médio de Trabalhadores.....	29
Quadro 8 – Endividamento Consolidado a Médio e Longo Prazo .....	33
Quadro 9 – Dívidas a Terceiros .....	34
Quadro 10 – Dívida Bruta Consolidada.....	35
Quadro 11 – Compromissos Financeiros que não constam do Balanço Consolidado.....	36
Quadro 12 – Hipotecas constituídas pelas Entidades do Perímetro.....	37
Quadro 13 – Valor Líquido Consolidado das Vendas e Prestação de Serviços.....	40
Quadro 14 – Remunerações dos Órgãos Executivos, Deliberativos e de Fiscalização .....	41
Quadro 15 – Demonstração Consolidada de Resultados Financeiros .....	42
Quadro 16 - Demonstração Consolidada de Resultados Financeiros Extraordinários.....	42
Quadro 17 - Provisões .....	43
Quadro 18 – Bens utilizados em Regime de Locação Financeira .....	43

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

**ABAP** - Associação Beira Atlântico Parque.

**BIOCANT** - BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia.

**CIBE** - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

**INOVA** - INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede EM-S.A..

**MC** - Município de Cantanhede.

**MCI** - Método de Consolidação Integral.

**MEP** - Método da Equivalência Patrimonial.

**MSA** - Método da Simples Agregação.

**POCAL** - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

**RFALEI** - Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

**SATAPOCAL** - Subgrupo de Apoio na Aplicação do POCAL.

**SNC** - Sistema de Normalização Contabilística.

**SNC-AP** - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

**WRC** - WRC – Web para a Região Centro – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A..

4

## 1. ENQUADRAMENTO LEGAL

Em função de uma série de circunstâncias, designadamente a transferência de competências da Administração Central para as Autarquias, em contraste com sucessivos cortes orçamentais, a densificação das atribuições legalmente associadas à Administração Local, a crescente exigência dos munícipes relativamente às expectativas criadas quanto à atividade municipal, bem assim da tomada de consciência quanto à necessidade de utilização de novas metodologias de gestão capazes de permitir respostas atempadas e sustentadas, nos últimos anos, dentro do quadro legal vigente, tornou-se comum o recurso a diferentes modelos organizativos conducentes a uma melhor prossecução das atribuições e competências acometidas às autarquias locais, consubstanciados em maior autonomia e agilidade, isto, em domínios onde estes se revelaram essenciais.

Exemplo destes modelos organizativos são os serviços municipalizados, as empresas municipais, as associações de municípios e as empresas intermunicipais.

A alteração dos modelos da gestão local associada à intervenção de diversas entidades na execução dessa gestão consta do Livro Branco do Setor Empresarial, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2010, de 30 de agosto: *“ A diversidade dos condicionalismos jurídicos, económicos e sociais introduzidos ao longo do tempo, levou a que as autarquias locais ampliassem, de forma nem sempre justificada, o perímetro do interesse geral, conduzindo a um alargamento do SEL de forma inesperada durante as últimas décadas. Este alargamento procurou dar resposta às alterações percecionadas pelas autarquias acerca dos utentes, dos serviços públicos, da procura feita pelos cidadãos, das necessidades a satisfazer e do funcionamento do mercado local”*.

Neste contexto, emergiu o conceito de “Grupo Autárquico” considerando que os Municípios passaram a integrar ou controlar as já citadas entidades.

Resulta daqui, pese embora serem bem evidentes os benefícios obtidos através destes modelos de organização, que a prestação de contas individualizada por cada uma daquelas entidades comprometeria a visão global da situação económica e financeira do grupo, na medida em que esta dispersão da informação prejudicaria as definições de estratégias e as tomadas de decisão numa perspetiva de grupo e um desconhecimento generalizado da situação económica e financeira dos *stakeholders*<sup>1</sup> autárquicos.

De forma a ultrapassar esta fragilidade, a consolidação de contas nos Municípios surge como uma ferramenta de gestão que tem como principal “objetivo a elaboração das demonstrações económico e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira

---

<sup>1</sup> Entenda-se por *stakeholders* todos os interessados nas estratégias e nas informações municipais, sendo exemplo: munícipes, investidores, fornecedores e políticos.

e dos resultados do grupo municipal”<sup>2</sup> possibilitando então a análise e avaliação das políticas públicas locais.

Acresce referir-se que a consolidação de contas, enquanto ferramenta proporcionadora de informação financeira, permite para além do profundo conhecimento da verdadeira situação económica e financeira, também a melhoria do nível da avaliação do risco financeiro do grupo e ainda a avaliação de forma integrada das atividades desenvolvidas, contribuindo dessa forma para o aperfeiçoamento quer da gestão quer do controlo das entidades que compõem o Grupo.

Deste modo, poder-se-á afirmar que as contas consolidadas convergem no sentido das boas práticas de governação, considerando que se traduzem num poderoso auxiliar da gestão autárquica ao sintetizar o desempenho económico e financeiro do Grupo Municipal.

Face à consciencialização generalizada da temática, o conceito de contas consolidadas ganhou especial relevo, pelo que, do ponto de vista legal, impunha-se disciplinar a sua apresentação, o que se concretizou na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (antiga Lei das Finanças Locais), entretanto revogada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).

Nos termos do número 1 do artigo 75.º do RFALEI, “*os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas*” devendo ainda ser consolidadas, de acordo com o número 6 do mesmo artigo, as empresas locais, na proporção da participação ou detenção, os serviços intermunicipalizados, as entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais.

Os documentos de prestação de contas consolidados são constituídos, nos termos do número 7 do artigo 75.º do RFALEI pelo relatório de gestão, balanço consolidado, demonstração consolidada dos resultados por natureza, mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais e anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Ainda no âmbito deste diploma legal, estabelece o número 2 do seu artigo 76.º, que os documentos de prestação de contas consolidadas serão apreciados pela Assembleia Municipal na sua “*sessão ordinária de junho do ano seguinte àquele a que respeitam*”, isto após a sua elaboração e aprovação pela Câmara Municipal.

Assim, na elaboração das contas consolidadas adotaram-se os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos definidos na Portaria n.º 474/2010<sup>3</sup>, de 1 de julho. Paralelamente, observaram-se as recomendações inscritas nas duas Notas Técnicas emitidas pelo

<sup>2</sup> Excerto do Enquadramento da Nota Técnica emitida pelo SATAPOCAL, intitulada “*Consolidação de Contas pelos Municípios – Instruções para o exercício de 2010*”, na sua versão de 28 de abril de 2011.

<sup>3</sup> Aprova a Orientação n.º 1/2010 intitulada de “*Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo*”, que estabelece “*um conjunto de princípios enquadramentos, que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades integradas no sector público administrativo.*”

SATAPOCAL<sup>4 5</sup>. A primeira<sup>6</sup> Nota com um conjunto de instruções sobre a consolidação de contas municipais, que permitem de forma coerente, harmoniosa e comparável, a aplicação deste regime. A segunda<sup>7</sup> Nota, com instruções para o exercício de 2014. De igual modo, também se cumpriram as regras e os procedimentos definidos no Manual de Consolidação do Município de Cantanhede<sup>8</sup>.

Por fim, refira-se que a Prestação de Contas Consolidadas deverá ser remetida ao Tribunal de Contas, em conformidade com o disposto no número, do artigo 52.º da Lei n.º 20/2015, de 9 de março.

---

<sup>4</sup> Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

<sup>5</sup> O SATAPOCAL foi criado pelo Despacho n.º 4839/99, de 22 de fevereiro, do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, publicado no D.R. n.º 57, II Série, de 9 de março e aditado pelo Despacho n.º 19942/99, de 28 de setembro, publicado no D.R. 245, II Série, de 20 de outubro, com o objetivo de salvaguardar a uniformidade interpretativa das questões suscitadas pelas autarquias locais, propondo notas técnicas e propostas de modificações legislativas, em articulação com as orientações da Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública.

<sup>6</sup> Datada de 28 de abril de 2011.

<sup>7</sup> Datada de maio de 2015.

<sup>8</sup> O Manual de Consolidação do Município de Cantanhede foi aprovado na Reunião de Câmara de 02 de dezembro de 2014.

## 2. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

### 2.1. Perímetro de Consolidação

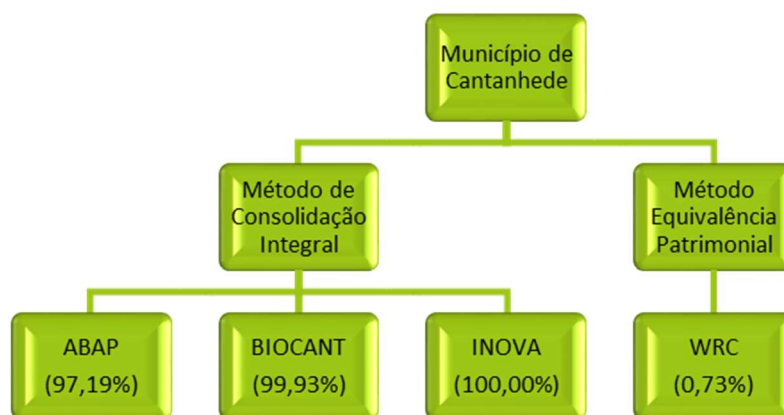
Uma vez evidenciada a importância da apresentação de contas consolidadas da totalidade das entidades que integram o Grupo Autárquico, resultante da necessidade de obtenção de informação económica e financeira relevante e útil, de forma a permitir uma mais eficaz e fiável leitura quer das opções de gestão quer do fornecimento de dados indispensáveis à organização municipal, primeiro que tudo é preciso promover a identificação do conjunto de entidades que se incluem no âmbito do perímetro de consolidação.

De acordo com o estabelecido no número 1 do artigo 75.º do RFALEI os municípios “*apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas*” sendo que segundo o número 3 do artigo 75.º, o grupo autárquico constitui-se pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, “*...considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades*”.

A identificação das entidades que compõem o perímetro da consolidação resulta da aplicação conjunta do estabelecido na alínea b) e na subalínea i) da alínea c) do número 4 do artigo 75.º do RFALEI. Para além destas, determina também o n.º 6 deste artigo que “*devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais*”.

8

Figura 1 – Perímetro de Consolidação



Neste contexto considera-se que o perímetro de consolidação é composto pelo Município de Cantanhede (MC), pela Associação Beira Atlântico Parque (ABAP)<sup>9</sup>, pela BIOCANT – Associação de Transferência de

Tecnologia (BIOCANT)<sup>10</sup>, pela INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-S.A. (INOVA)<sup>11</sup> e pela WRC – Web para a Região Centro – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A. (WRC)<sup>12</sup>, nos termos da **Figura 1**.

<sup>9</sup> Entidade englobada no perímetro de consolidação nos termos da subalínea i) da alínea c), do número 4 do artigo 75.º do RFALEI.

<sup>10</sup> Entidade englobada no perímetro de consolidação nos termos da subalínea i) da alínea c), do número 4 do artigo 75.º do RFALEI.

<sup>11</sup> Entidade englobada no perímetro de consolidação nos termos da alínea b), do número 4 do artigo 75.º do RFALEI.

<sup>12</sup> Entidade englobada no perímetro de consolidação nos termos do número 6 do artigo 75.º do RFALEI.

## 2.2. Caracterização das Entidades

### 2.2.1. Município de Cantanhede

<b>Denominação:</b>	Município de Cantanhede
<b>NIPC:</b>	506 087 000
<b>Atividade (Objeto Social):</b>	Autarquia Local, com exercício das competências legalmente atribuídas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro
<b>Património (euros):</b>	46.684.593,87 euros
<b>Sistema Contabilístico:</b>	POCAL

### 2.2.2. Associação Beira Atlântico Parque

<b>Denominação:</b>	Associação Beira Atlântico Parque
<b>NIPC:</b>	504 843 354
<b>Atividade (Objeto Social):</b>	Exercício de atividades de investigação, desenvolvimento experimental e demonstração, a promoção, a inovação e a difusão tecnológica, a formação e a informação científica e técnica, a criação de infraestruturas de apoio tecnológico aos diversos setores de atividade económica, bem como as ações que contribuam para a modernização e desenvolvimento da área dos municípios abrangidos geograficamente.
<b>Capital Social (euros):</b>	2.454.360,81 euros
<b>Participação do Município</b>	97,19% no Capital Social da entidade
<b>Sistema Contabilístico:</b>	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

### 2.2.3. BIOCANT - Associação de Transferência de Tecnologia

<b>Denominação:</b>	BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia
<b>NIPC:</b>	506 340 473
<b>Atividade (Objeto Social):</b>	Exercício de atividades de promoção do desenvolvimento económico com base no conhecimento, aliando a excelência da investigação e do desenvolvimento ao fomento do empreendedorismo e da produção industrial.
<b>Capital Social (euros):</b>	4.110.000,00 euros
<b>Participação do Município</b>	99,93%, no Capital Social da entidade
<b>Sistema Contabilístico:</b>	SNC

#### 2.2.4. INOVA-Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-S.A.

<b>Denominação:</b>	INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-S.A.
<b>NIPC:</b>	506 091 481
<b>Atividade (Objeto Social):</b>	Exercício de atividades de gestão e exploração dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de resíduos urbanos do Município de Cantanhede, a gestão do sistema de limpeza urbana pública, a realização de eventos e feiras, a criação, a gestão e exploração de uma rede de transportes urbanos, a administração, manutenção e realização de investimentos nos espaços verdes, a gestão da Quinta Biológica e a gestão do Complexo Desportivo de Ançã.
<b>Capital Social (euros):</b>	11.647.332,00 euros
<b>Participação do Município</b>	100,00%, no Capital Social da entidade
<b>Sistema Contabilístico:</b>	SNC

#### 2.2.5. WRC-Web para a Região Centro-Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.

10

<b>Denominação:</b>	WRC – Web para a Região Centro – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.
<b>NIPC:</b>	506 053 628
<b>Atividade (Objeto Social):</b>	Exercício de ações relacionadas à sociedade de informação e à nova economia na Região Centro.
<b>Capital Social (euros):</b>	1.375.750,00 euros
<b>Participação do Município</b>	0,73%, no Capital Social da entidade
<b>Sistema Contabilístico:</b>	SNC

## 2.3. Métodos e Procedimentos de Consolidação

Determina o número 8 do artigo 75.º do RFALEI que os “*procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo*”.

Deste modo, poderão ser adotados os três métodos de consolidação definidos no ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, designadamente três métodos de consolidação: o Método da Simples Agregação (MSA)<sup>13</sup>; o Método de Consolidação Integral (MCI)<sup>14</sup> e o Método de Equivalência Patrimonial (MEP)<sup>15</sup>.

Assim, na observância do estatuído no artigo 75.º do RFALEI e da conjugação da Orientação n.º 1/2010 com as Notas Técnicas emitidas sobre esta matéria pelo SATAPOCAL, adotaram-se os métodos de consolidação que constam da **Figura 1**, nomeadamente o Método de Consolidação Integral (MCI) para as entidades ABAP, BIOCANT e INOVA e o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) para a WRC.

## 2.4. Análise Económico-Financeira Consolidada

### 2.4.1 Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado é um documento contabilístico que espelha a situação financeira e patrimonial do Grupo Autárquico num dado momento, refletindo os ativos, os fundos próprios e os passivos representando-os de forma qualitativa e quantitativa.

Para melhor compreensão e enquadramento dos dados, dever-se-á proceder à sua leitura cruzada com a informação constante nos Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O **Quadro 1** apresenta o balanço consolidado sintético reportado a 31 de dezembro dos anos de 2015 e 2016, com as respetivas variações.

<sup>13</sup> De acordo com a alínea a) do ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, este método utiliza-se quando “*na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante*”.

<sup>14</sup> De acordo com a alínea b) do ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, este método utiliza-se quando “*a entidade consolidante detém uma participação superior a 50% dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada*”.

<sup>15</sup> Nos termos da alínea c) do ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, este método aplica-se quando “*uma entidade pertencente ao grupo público exerça influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade não incluída no grupo público ou quando não seja aplicável*” o MSA ou o MCI.

Quadro 1 – Balanço Consolidado Sintético

Designação	Ano 2015	Ano 2016	Variação (2015/2016)	
			€	%
Imobilizado	144 620 678,36	141 599 529,22	-3 021 149,14	-2,09
Existências	1 548 880,01	1 617 012,53	68 132,52	4,40
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo	0,00	0,00	0,00	
Dívidas de terceiros - curto prazo	2 025 224,73	2 829 157,66	803 932,93	39,70
Disponibilidades	4 903 140,37	2 602 084,93	-2 301 055,44	-46,93
Acréscimos e diferimentos	6 663 237,15	6 738 184,52	74 947,37	1,12
<b>Ativo Líquido</b>	<b>159 761 160,62</b>	<b>155 385 968,86</b>	<b>-4 375 191,76</b>	<b>-2,74</b>
Património	46 678 358,90	46 684 593,87	6 234,97	0,01
Reservas	32 173 002,58	38 318 282,13	6 145 279,55	19,10
Resultados transitados	3 041 113,85	-973 818,63	-4 014 932,48	-132,02
Resultado líquido do exercício	2 678 611,14	1 255 289,96	-1 423 321,18	-53,14
<b>Fundos Próprios</b>	<b>84 571 086,47</b>	<b>85 284 347,33</b>	<b>713 260,86</b>	<b>0,84</b>
<b>Interesses Minoritários</b>	<b>30 784,08</b>	<b>33 094,69</b>	<b>2 310,61</b>	<b>7,51</b>
Provisões para riscos e encargos	153 020,00	153 020,00	0,00	0,00
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	25 825 913,93	20 415 293,02	-5 410 620,91	-20,95
Dívidas a terceiros - curto prazo	9 496 184,53	8 582 002,91	-914 181,62	-9,63
Acréscimos e diferimentos	39 684 171,61	40 918 210,91	1 234 039,30	3,11
<b>Passivo</b>	<b>75 159 290,07</b>	<b>70 068 526,84</b>	<b>-5 090 763,23</b>	<b>-6,77</b>
<b>Fundos Próprios (com interesses minoritários) e Passivo</b>	<b>159 761 160,62</b>	<b>155 385 968,86</b>	<b>-4 375 191,76</b>	<b>-2,74</b>

12

Da sua análise, constata-se que o **ativo líquido** sofreu uma variação negativa de 2,74% relativamente ao ano de 2015 o que, em termos absolutos, se traduz numa diminuição de 4.375.191,76 euros. Esta diminuição resulta da variação negativa de algumas das suas componentes, nomeadamente das **disponibilidades** e do **imobilizado**, que totaliza o montante negativo de 5.322.204,58 euros. As **dívidas de terceiros – curto prazo** ascendem a 2.829.157,66 euros, o que significa um crescimento de 39,70% em relação ao ano anterior. Além destas, também as **existências** e os **acréscimos e diferimentos** apresentam variações positivas, não sendo, no entanto, suficientes para compensar as diminuições.

Os **fundos próprios** cresceram 0,84%, apresentando em 2016 um valor absoluto de 85.284.347,33 euros, superiores em 713.260,86 euros ao valor do ano anterior. Para este valor contribuíram as variações positivas das **reservas**, com um acréscimo de 6.145.279,55 euros e do **património** com um acréscimo de 6.234,97 euros. Tanto os **resultados transitados** como o **resultado líquido** do exercício traduzem variações negativas.

O **passivo** apresenta uma redução de 5.090.763,23 euros relativamente ao ano de 2015. Para este valor contribuiu essencialmente a redução das rubricas **dívidas a terceiros – médio e longo prazo e dívidas a terceiros – curto prazo**, que totalizam uma variação negativa de cerca de 6,3 milhões de euros. Apenas os **acréscimos e diferimentos** sofreram uma variação positiva

de 3,11%, devida ao impacto do tratamento contabilístico dos financiamentos comunitários, para a realização de investimentos, resultando daqui uma variação positiva no total do **passivo** do Grupo Autárquico em 1.234.039,30 euros.

#### 2.4.2 Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza

A demonstração dos resultados é um documento contabilístico que reflete o desempenho da entidade evidenciando os resultados apurados no período, espelhando os **proveitos** e os **custos** ocorridos no período. Da diferença entre ambos obtém-se o resultado do exercício, podendo este ser dividido, em função da sua natureza, em resultado operacional, financeiro e extraordinário.

O **Quadro 2** apresenta a Demonstração Consolidada dos Resultados, por natureza, reportada a 31 de dezembro dos anos de 2015 e 2016, bem como as respetivas variações.

A sua análise permite verificar que o Grupo Autárquico gerou um **resultado líquido consolidado do exercício** (excluído dos interesses minoritários) positivo de 1.255.289,96 euros. Este valor representa uma variação negativa de 53,14%, face ao ano de 2015. Para o montante apurado contribuíram tanto a variação positiva dos **custos e perdas**, como a variação negativa dos **proveitos e ganhos**.

Os **custos e perdas** aumentaram, em termos absolutos, 725.866,05 euros, traduzindo num crescimento de 2,49% face ao ano económico anterior. Com um valor total de 29.913.000,55 euros este agregado é composto pelas rubricas **fornecimentos e serviços externos** (9.312.051,96 euros), os **custos com o pessoal** (7.717.433,12 euros), as **amortizações do exercício** (7.671.754,70 euros), o **custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas** (1.373.782,47 euros) **transferências e subsídios correntes concedidos** (1.111.352,07 euros), os **custos e perdas extraordinários** (443.873,53 euros), **outros custos e perdas operacionais** (251.000,52 euros), impostos sobre o rendimento do exercício (56.086,71 euros) e provisões do exercício (46.462,73 euros).

Relativamente aos **proveitos e ganhos** verificou-se durante o ano de 2016 um decréscimo de 696.378,01 euros em relação a 2015, atingindo o valor absoluto de 31.172.386,56 euros. Para este valor contribuíram as **vendas e prestações de serviços** que revelam uma diminuição de 597.585,59 euros face ao ano anterior. Também as **transferências e subsídios obtidos** diminuíram o seu valor em 521.658,93 euros. Menos expressivas, mas ainda assim assumindo variações negativas registam-se as rubricas **trabalhos para a própria entidade** (- 88.601,21 euros) e **outros proveitos e ganhos operacionais** (- 7.874,86). As variações positivas dos **proveitos e ganhos extraordinários** (320.451,25 euros), dos **impostos e taxas** (112.325,26), dos **proveitos e ganhos financeiros** (86.488,73) e dos **proveitos suplementares** (77,34 euros) não foram suficientes para compensar o crescimento negativo das restantes.

Quadro 2 - Demonstração Consolidada de Resultados por Natureza

Designação	Ano 2015	Ano 2016	Variação (2015/2016)	
			€	%
CMVMC	1 372 094,34	1 137 782,47	-234 311,87	-17,08
Fornecimentos e serviços externos	8 937 522,78	9 312 051,96	374 529,18	4,19
Custos com pessoal	7 782 449,85	7 717 433,12	-65 016,73	-0,84
Transf. e subs. correntes concedidos	1 067 129,65	1 111 352,07	44 222,42	4,14
Amortizações do exercício	7 644 638,85	7 671 754,70	27 115,85	0,35
Provisões do exercício	54 990,41	46 462,73	-8 527,68	-15,51
Outros custos e perdas operacionais	211 473,96	251 000,52	39 526,56	18,69
Custos e perdas financeiros	498 343,20	443 873,53	-54 469,67	-10,93
Custos e perdas extraordinários	1 443 726,38	2 165 202,74	721 476,36	49,97
Impostos sobre o rendimento do exercício	174 765,08	56 086,71	-118 678,37	-67,91
<b>Total dos custos e perdas</b>	<b>29 187 134,50</b>	<b>29 913 000,55</b>	<b>725 866,05</b>	<b>2,49</b>
<b>Interesses Minoritários</b>	<b>3 018,93</b>	<b>4 096,05</b>	<b>1 077,12</b>	<b>35,68</b>
Vendas e prestações de serviços	8 159 133,72	7 561 548,13	-597 585,59	-7,32
Impostos e taxas	8 248 642,45	8 360 967,71	112 325,26	1,36
Trabalhos para a própria entidade	1 248 477,25	1 159 876,04	-88 601,21	-7,10
Proveitos suplementares	6 047,94	6 125,28	77,34	1,28
Transferências e subsídios obtidos	10 340 177,07	9 818 518,14	-521 658,93	-5,04
Outros proveitos e ganhos operacionais	39 387,10	31 512,24	-7 874,86	-19,99
Reversões amortizações e ajustamentos	0,00	0,00	0,00	
Proveitos e ganhos financeiros	1 274 458,74	1 360 947,47	86 488,73	6,79
Proveitos e ganhos extraordinários	2 552 440,30	2 872 891,55	320 451,25	12,55
<b>Total dos proveitos e ganhos</b>	<b>31 868 764,57</b>	<b>31 172 386,56</b>	<b>-696 378,01</b>	<b>-2,19</b>
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>971 565,69</b>	<b>-309 290,03</b>	<b>-1 280 855,72</b>	<b>-131,83</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>776 115,54</b>	<b>917 073,94</b>	<b>140 958,40</b>	<b>18,16</b>
<b>Resultados Correntes</b>	<b>1 747 681,23</b>	<b>607 783,91</b>	<b>-1 139 897,32</b>	<b>-65,22</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>1 108 713,92</b>	<b>707 688,81</b>	<b>-401 025,11</b>	<b>-36,17</b>
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>2 856 395,15</b>	<b>1 315 472,72</b>	<b>-1 540 922,43</b>	<b>-53,95</b>
<b>Resultado Líquido Consolidado do Exercício</b>	<b>2 681 630,07</b>	<b>1 259 386,01</b>	<b>-1 422 244,06</b>	<b>-53,04</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício (exc. Interesses Minoritários)</b>	<b>2 678 611,14</b>	<b>1 255 289,96</b>	<b>-1 423 321,18</b>	<b>-53,14</b>

14

### 2.4.3 Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais

Na ótica dos pagamentos e recebimentos assume particular relevância a análise do **Quadro 3**, que patenteia uma visão sintética dos fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais ocorridos no exercício de 2016. Constate-se de imediato que tanto os **pagamentos** como os **recebimentos** sofreram um decréscimo, respetivamente de 14,73% e 9,46%.

Os fluxos financeiros realizados pelo Grupo Autárquico, no decorrer do exercício económico de 2016, geraram um **saldo de gerência** para 2017 de 2.602.084,93 euros,

Quadro 3 – Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais

Designação	Ano 2015	Ano 2016	Variação (2015/2016)	
			€	%
Execução Orçamental	4 650 101,01	4 300 249,47	-349 851,54	-7,52
Operações de Tesouraria	542 586,75	597 743,92	55 157,17	10,17
<b>Saldo de Gerência Anterior</b>	<b>5 192 687,76</b>	<b>4 897 993,39</b>	<b>-294 694,37</b>	<b>-5,68</b>
Total das Receitas Orçamentais	36 932 546,02	31 374 852,52	-5 557 693,50	-15,05
Operações de Tesouraria	1 535 570,19	1 425 771,89	-109 798,30	-7,15
<b>Total dos recebimentos</b>	<b>38 468 116,21</b>	<b>32 800 624,41</b>	<b>-5 667 491,80</b>	<b>-14,73</b>
Total das Despesas Orçamentais	37 282 397,53	33 693 153,11	-3 589 244,42	-9,63
Operações de Tesouraria	1 480 413,02	1 403 379,76	-77 033,26	-5,20
<b>Total dos pagamentos</b>	<b>38 762 810,55</b>	<b>35 096 532,87</b>	<b>-3 666 277,68</b>	<b>-9,46</b>
Execução Orçamental	4 300 249,50	1 981 948,88	-2 318 300,62	-53,91
Operações de Tesouraria	597 743,92	620 136,05	22 392,13	3,75
<b>Saldo para a Gerência Seguinte</b>	<b>4 897 993,42</b>	<b>2 602 084,93</b>	<b>-2 295 908,49</b>	<b>-46,87</b>

## 2.5 Indicadores de Gestão

A análise estática e isolada das demonstrações financeiras do Grupo Autárquico não permite, a obtenção de uma visão crítica da sua situação em matéria de liquidez, rentabilidade e solvabilidade, entre outros aspetos. Deste modo, a informação deverá ser complementada pela análise e correta interpretação de outros indicadores, normalmente rácios económico-financeiros, que deverão ser analisados de forma crítica e são úteis em termos comparativos. Estes rácios representam relações de quociente entre grandezas consideradas representativas, pelo que a sua consulta permite a retirada de conclusões importantes. O **Quadro 4** apresenta alguns rácios fundamentais.

Quadro 4 - Indicadores Económico-Financeiros

Indicadores	Ano 2015	Ano 2016
	%	%
<b>Rácios Económico-financeiros</b>		
Liquidez geral (Ativo circulante / Passivo circulante (Dívidas CP))	0,89	0,82
Liquidez reduzida ((Ativo circulante - Existências) / Passivo circulante(Dívidas CP))	0,73	0,63
Liquidez imediata (Disponibilidades / Passivo circulante(Dívidas CP))	0,52	0,30
Solvabilidade ((Fundos próprios+Interesses minoritários) / Passivo)	1,13	1,22
Autonomia financeira ((Fundos próprios + Interesses minoritários) / Ativo)	0,53	0,55

O **Rácio de Liquidez Geral** traduz em que medida as obrigações de curto prazo estão cobertas por ativos, passíveis de serem convertidos em meios financeiros líquidos num período correspondente ao do vencimento das obrigações (de curto prazo). Desejavelmente, este indicador deve assumir um valor superior a 1, uma vez que sendo inferior à unidade a entidade poderá ter problemas de liquidez a curto prazo. O Grupo Autárquico apresenta no ano económico em análise um **Rácio de Liquidez Geral** de 0,82.

O **Rácio de Liquidez Reduzida** difere do rácio anterior porque retira do numerador as existências acrescentando-lhe, deste modo, algum rigor dado que existe alguma dificuldade em transformar existências em meios monetários com o valor que se apresentam no Balanço. À semelhança do rácio anterior, quanto mais elevado for o seu valor, maior a solvabilidade de curto prazo do Grupo Autárquico, sendo desejável que ultrapasse a unidade. A assunção desse valor significa que o Grupo Autárquico tem ativos líquidos suficientes para fazer face às responsabilidades de curto prazo, mesmo sem contar com a liquidação das existências. Para 2016 o Grupo Autárquico apresenta um **Rácio de Liquidez Reduzida** de 0,63.

O **Rácio de Liquidez Imediata** difere do anterior pelo facto de considerar no numerador apenas as disponibilidades do Grupo Autárquico. Este indicador mede a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades de curto prazo utilizando apenas disponibilidades financeiras imediatas, tratando-se por isso da forma de liquidez mais exigente. Quanto mais elevado for o valor assumido por este rácio, maior a solvabilidade de curto prazo. No ano de 2016 o indicador atingiu o valor de 0,3.

O **Rácio de Solvabilidade** permite avaliar a estrutura de financiamento da entidade. Trata-se de um rácio financeiro que indica a proporção relativa dos ativos financiados por fundos próprios. Uma entidade está solvente, do ponto de vista económico, quando apresenta um capital próprio que garanta a liquidação do seu passivo e tenha expectativas de resultados que garantam a sua sobrevivência futura. Para o ano de 2016 este rácio foi de 1,22.

O **Rácio de Autonomia Financeira** é um rácio financeiro que mede a solvabilidade da entidade, determinando a proporção dos ativos que são financiados com fundos próprios. Quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira do Grupo. Em 2016, o Grupo Autárquico financia 0,55 dos seus ativos com fundos próprios.

PRESTAÇÃO  
CONTAS  
CONSOLIDADAS **16**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS

PRESTAÇÃO  
CONTAS  
CONSOLIDADAS **16**

Balanço Consolidado

**BALANÇO CONSOLIDADO**

Código Contas	ATIVO	2016			2015
		AB	AP	AL	AL
<b>Imobilizado</b>					
<b>Bens de domínio público</b>					
451	Terrenos e recursos naturais	7 679 469,13	0,00	7 679 469,13	7 872 649,32
452	Edifícios	711 693,32	285 976,68	425 716,64	449 583,60
453	Outras construções e infra-estruturas	80 326 949,86	46 982 208,93	33 344 740,93	35 468 203,13
455	Bens do património histórico, artístico, e cultural	539 611,85	443 910,33	95 701,52	122 380,34
459	Outros bens de domínio público	625 094,14	51 973,37	573 120,77	578 461,78
445	Imobilizações em curso	1 610 204,30	0,00	1 610 204,30	1 690 641,02
446	Adiantamento por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		91 493 022,60	47 764 069,31	43 728 953,29	46 181 919,19
<b>Imobilizações incorpóreas</b>					
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	924 893,89	924 851,16	42,73	26 145,90
433	Propriedade industrial e outros direitos	658 872,93	325 312,80	333 560,13	345 098,49
443	Imobilizações em curso	29 220,16	0,00	29 220,16	0,00
449	Adiantamento por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	
	Diferenças de Consolidação	0,00	0,00	0,00	
		1 612 986,98	1 250 163,96	362 823,02	371 244,39
<b>Imobilizações Corpóreas</b>					
421	Terrenos e recursos naturais	13 015 719,07	0,00	13 015 719,07	12 356 571,53
422	Edifícios e outras construções	56 372 589,47	11 085 065,61	45 287 523,86	45 306 681,89
423	Equipamento básico	49 506 402,82	19 082 689,49	30 423 713,33	32 088 976,10
424	Equipamento de transporte	3 005 688,35	2 872 939,67	132 748,68	126 044,21
425	Ferramentas e utensílios	1 104 231,55	1 044 608,42	59 623,13	77 155,15
426	Equipamento administrativo	3 406 724,04	2 850 303,56	556 420,48	492 200,07
427	Taras e vasilhame	40,00	40,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	6 558 940,26	3 924 451,72	2 634 488,54	2 913 548,25
442	Imobilizações em curso	3 409 757,18	0,00	3 409 757,18	2 658 723,38
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		136 380 092,74	40 860 098,47	95 519 994,27	96 019 900,58
<b>Investimentos financeiros</b>					
411	Partes de capital	709 379,81	103 997,31	605 382,50	666 045,72
412	Obrigações e títulos de participação	1 179 156,95	0,00	1 179 156,95	1 179 156,95
414	Investimentos em imóveis	200 850,21	0,00	200 850,21	200 850,21
415	Outras aplicações financeiras	2 368,98	0,00	2 368,98	1 561,32
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		2 091 755,95	103 997,31	1 987 758,64	2 047 614,20
<b>Circulante</b>					
<b>Existências</b>					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	567 253,85	34 289,10	532 964,75	462 209,32
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	1 084 047,78	0,00	1 084 047,78	1 086 670,69
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		1 651 301,63	34 289,10	1 617 012,53	1 548 880,01
<b>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo prazo</b>					
268108	Devedores de Imobilizado	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	
<b>Dívidas de Terceiros - Curto prazo</b>					
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	
211	Clientes, c/c	1 073 461,36	0,00	1 073 461,36	654 515,55
212	Contribuintes, c/c	11 447,98	0,00	11 447,98	9 965,79
213	Utentes, c/c	43 774,18	0,00	43 774,18	60 124,27
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	514 963,82	514 963,82	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	
229	Adiantamentos a fornecedores	1 845,00	0,00	1 845,00	1 845,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	
24	Estado e outros entes públicos	246 188,94	0,00	246 188,94	332 177,47
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	1 462 422,24	10 032,20	1 452 390,04	966 225,08
215	Clientes, Cont. Utentes - Multas / Outras Penalidades	50,16	0,00	50,16	371,57
		3 354 153,68	524 996,02	2 829 157,66	2 025 224,73
<b>Títulos negociáveis</b>					
151	Ações	0,00	0,00	0,00	
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa</b>					
12	Depósitos em instituições financeiras	2 599 778,18	0,00	2 599 778,18	4 898 948,37
11	Caixa	2 306,75	0,00	2 306,75	4 192,00
		2 602 084,93	0,00	2 602 084,93	4 903 140,37
<b>Acréscimos e diferimentos</b>					
271	Acréscimos de proveitos	6 395 180,52	0,00	6 395 180,52	6 489 730,54
272	Custos diferidos	343 004,00	0,00	343 004,00	173 506,61
		6 738 184,52	0,00	6 738 184,52	6 663 237,15
<b>Total de Amortizações</b>					
<b>Total de Provisões</b>					
<b>Total do Ativo</b>					
		<b>245 923 583,03</b>	<b>90 537 614,17</b>	<b>155 385 968,86</b>	<b>159 761 160,62</b>

**BALANÇO CONSOLIDADO**

Código Contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2016	2015
	<b>Fundos próprios</b>		
51	<b>Património</b>	46 684 593,87	46 678 358,90
-	Diferenças de Consolidação	0,00	
-	Outros Instrumentos de Capital Próprio	0,00	
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	
	<b>Reservas</b>	0,00	
571	Reservas legais	1 549 907,45	1 353 060,60
572	Reservas estatutárias	0,00	
573	Reservas contratuais	0,00	
574	Reservas livres	32 759 672,93	26 919 914,69
575	Subsídios	595 021,76	365 124,75
576	Doações	3 413 679,99	3 534 902,54
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	
59	<b>Resultados transitados</b>	-973 818,63	3 041 113,85
88	<b>Resultado líquido do exercício (exc. interesses minoritários)</b>	1 255 289,96	2 678 611,14
	<b>Total Fundos Próprios</b>	<b>85 284 347,33</b>	<b>84 571 086,47</b>
	<b>Interesses Minoritários</b>	<b>33 094,69</b>	<b>30 784,08</b>
	<b>Passivo</b>		
292	<b>Provisões para riscos e encargos</b>	153 020,00	153 020,00
	<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo</b>		
2611	Fornecedores de imobilizado, C/C	144 000,00	192 000,00
2613	Fornecedores de imobilizado por locação financeira	2 394 525,08	2 805 915,80
262+263+267+268	Outros Credores	673 803,95	842 254,95
2312	Empréstimos de M/L Prazo	17 202 963,99	21 985 743,18
		<b>20 415 293,02</b>	<b>25 825 913,93</b>
	<b>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</b>		
2311	Empréstimos de curto prazo	1 786 816,51	1 579 000,00
2312	Empréstimos de M/L Prazo - Exigível de CP	3 427 544,71	4 040 688,35
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	727 700,18	783 475,97
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0,00	241 664,08
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	
217	Clientes e utentes c/ cauções	6 452,93	6 452,93
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	428 457,56	164 096,99
24	Estado e outros entes públicos	295 205,26	358 488,51
264	Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros credores	1 513 699,93	1 848 127,53
2251	Fornecedores c/c - Por subsídios concedidos	0,00	0,00
2612	Empreiteiros c/c	-14 351,65	-14 351,65
2618	Forn. Imobilizado - Fact. em conferência/recepção	0,00	1 039,35
2613	Fornecedores de imobilizado por locação financeira	410 477,48	422 174,06
2614	Factoring -Fornecedores de imobilizado e empreiteiros C/C	0,00	65 328,41
		<b>8 582 002,91</b>	<b>9 496 184,53</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
273	Acréscimos de custos	1 436 047,47	1 132 093,99
274	Proveitos diferidos	39 482 163,44	38 552 077,62
		<b>40 918 210,91</b>	<b>39 684 171,61</b>
	<b>Total do passivo</b>	<b>70 068 526,84</b>	<b>75 159 290,07</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>155 385 968,86</b>	<b>159 761 160,62</b>

20

Orgão executivo

Em..... de ..... de.....

.....

Orgão deliberativo

Em..... de ..... de.....

.....

PRESTAÇÃO  
CONTAS  
CONSOLIDADAS **16**

Demonstração Consolidada dos  
Resultados por Natureza

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA**

Código Contas	Descrição	2016		2015	
<b>Custos e Perdas</b>					
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	2 693,12		2 780,37	
	Matérias	1 135 089,35	<b>1 137 782,47</b>	1 369 313,97	<b>1 372 094,34</b>
62	Fornecimento e serviços externos	9 312 051,96		8 937 522,78	
	Custos com o pessoal:	0,00			
641+642	Remunerações	6 177 265,87		6 230 056,42	
643 a 648	Encargos sociais	1 540 167,25	<b>17 029 485,08</b>	1 552 393,43	<b>16 719 972,63</b>
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prest. Sociais	1 111 352,07	<b>1 111 352,07</b>	1 067 129,65	<b>1 067 129,65</b>
66	Amortizações do exercício	7 671 754,70		7 644 638,85	
67	Provisões do exercício	46 462,73	<b>7 718 217,43</b>	54 990,41	<b>7 699 629,26</b>
65	Outros custos e perdas operacionais	251 000,52	<b>251 000,52</b>	211 473,96	<b>211 473,96</b>
	(A) .....		<b>27 247 837,57</b>		<b>27 070 299,84</b>
68	Custos e perdas financeiras	443 873,53	<b>443 873,53</b>	498 343,20	<b>498 343,20</b>
	(C) .....		<b>27 691 711,10</b>		<b>27 568 643,04</b>
69	Custos e perdas extraordinárias	2 165 202,74	<b>2 165 202,74</b>	1 443 726,38	<b>1 443 726,38</b>
	(E) .....		<b>29 856 913,84</b>		<b>29 012 369,42</b>
-	Impostos sobre rendimento do exercício	-56 086,71	<b>-56 086,71</b>	-174 765,08	<b>-174 765,08</b>
	(G) .....		<b>29 913 000,55</b>		<b>29 187 134,50</b>
	Interesses Minoritários	4 096,05	<b>4 096,05</b>	3 018,93	<b>3 018,93</b>
88	Resultado líquido do exercício (excepto interesses minoritários)	-4 096,05	<b>1 255 289,96</b>	-3 018,93	<b>2 678 611,14</b>
			<b>31 172 386,56</b>		<b>31 868 764,57</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>					
71	Vendas e prestações de serviços				
7111	Vendas de mercadorias	251 193,67		243 761,92	
7112+7113	Vendas de produtos	2 158,80		7 050,50	
712	Prestações de serviços	7 823 271,39		7 908 580,16	
	Superavit/Déficit tarifário	-514 756,72			
715	Reembolsos e restituições	-319,01	<b>7 561 548,13</b>	-258,86	<b>8 159 133,72</b>
72	Impostos e taxas	8 360 967,71		8 248 642,45	
	Variação da produção	0,00			
75	Trabalhos para a própria entidade	1 159 876,04		1 248 477,25	
73	Proveitos suplementares	6 125,28		6 047,94	
74	Transferências e subsídios obtidos	9 818 518,14		10 340 177,07	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	31 512,24	<b>19 376 999,41</b>	39 387,10	<b>19 882 731,81</b>
	(B) .....	0,00	<b>26 938 547,54</b>	0,00	<b>28 041 865,53</b>
78	Proveitos e ganhos financeiros	1 360 947,47	<b>1 360 947,47</b>	1 274 458,74	<b>1 274 458,74</b>
	(D) .....	0,00	<b>28 299 495,01</b>	0,00	<b>29 316 324,27</b>
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2 872 891,55	<b>2 872 891,55</b>	2 552 440,30	<b>2 552 440,30</b>
	(F) .....	0,00	<b>31 172 386,56</b>	0,00	<b>31 868 764,57</b>

22

<b>Resumo:</b>		
Resultados operacionais: (B)-(A) .....	<b>-309 290,03</b>	<b>971 565,69</b>
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A).....	<b>917 073,94</b>	<b>776 115,54</b>
Resultados correntes: (D)-(C) .....	<b>607 783,91</b>	<b>1 747 681,23</b>
Resultados antes de impostos: (F)-(E) .....	<b>1 315 472,72</b>	<b>2 856 395,15</b>
Resultados líquido consolidado do exercício: (F)-(G).....	<b>1 259 386,01</b>	<b>2 681 630,07</b>
Resultados líquido do exercício: (F)-(G)-(Interesses Minoritários) .....	<b>1 255 289,96</b>	<b>2 678 611,14</b>

**Orgão executivo**

Em..... de ..... de.....

.....

**Orgão deliberativo**

Em..... de ..... de.....

.....

PRESTAÇÃO  
CONTAS  
CONSOLIDADAS **16**

Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de  
Operações Orçamentais

**MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS**

RECEBIMENTOS	2016		2015	
<b>Saldo da Gerência Anterior</b>		<b>4 897 993,39</b>		<b>5 192 687,76</b>
Execução Orçamental	4 300 249,47		4 650 101,01	
Operações de Tesouraria	597 743,92		542 586,75	
<b>Total das Receitas Orçamentais</b>		<b>31 374 852,52</b>		<b>36 932 546,02</b>
Receitas Correntes		26 964 194,17		27 354 395,37
Receitas Capital		4 360 097,54		9 565 544,21
Receitas Outras		50 560,81		12 606,44
<b>Operações de Tesouraria</b>		<b>1 425 771,89</b>		<b>1 535 570,19</b>
<b>TOTAL.....</b>		<b>37 698 617,80</b>		<b>43 660 803,97</b>
PAGAMENTOS	2016		2015	
<b>Total das Despesas Orçamentais</b>		<b>33 693 153,11</b>		<b>37 282 397,53</b>
Despesas Correntes		19 407 872,82		19 205 572,43
Despesas Capital		14 285 280,29		18 076 825,10
<b>Operações de Tesouraria</b>		<b>1 403 379,76</b>		<b>1 480 413,02</b>
<b>Saldo para a Gerência Seguinte</b>		<b>2 602 084,93</b>		<b>4 897 993,42</b>
Execução Orçamental	1 981 948,88		4 300 249,50	
Operações de Tesouraria	620 136,05		597 743,92	
<b>TOTAL.....</b>		<b>37 698 617,80</b>		<b>43 660 803,97</b>

24

<p>Orgão executivo</p> <p>Em..... de ..... de.....</p> <p>.....</p>
---

<p>Orgão deliberativo</p> <p>Em..... de ..... de.....</p> <p>.....</p>
--

PRESTAÇÃO  
CONTAS  
CONSOLIDADAS **16**

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### 3.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

#### 1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

##### 1.1. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

De acordo com o estabelecido no número 1 do artigo 75.º do RFALEI os municípios “*apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas*” sendo que segundo o número 3 do artigo 75.º, o grupo autárquico constitui-se pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, “*...considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades*”.

A aferição das entidades que compõem o perímetro da consolidação resulta da aplicação conjunta do estabelecido na alínea b) e na subalínea i) da alínea c) do número 4 do artigo 75.º do RFALEI. Para além destas, determina também o n.º 6 deste artigo que “*devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais*”.

Neste contexto considera-se que o perímetro de consolidação é composto pelo Município de Cantanhede (MC), pela Associação Beira Atlântico Parque (ABAP)<sup>16</sup>, pela BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia (BIOCANT)<sup>17</sup>, pela INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-S.A. (INOVA)<sup>18</sup> e pela WRC – Web para a Região Centro – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A. (WRC)<sup>19</sup>,

26

<sup>16</sup> Entidade englobada no perímetro de consolidação nos termos da subalínea i) da alínea c), do número 4 do artigo 75.º do RFALEI.

<sup>17</sup> Entidade englobada no perímetro de consolidação nos termos da subalínea i) da alínea c), do número 4 do artigo 75.º do RFALEI.

<sup>18</sup> Entidade englobada no perímetro de consolidação nos termos da alínea b), do número 4 do artigo 75.º do RFALEI.

<sup>19</sup> Entidade englobada no perímetro de consolidação nos termos do número 6 do artigo 75.º do RFALEI.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

**1.1.1. Entidades que, de acordo com o artigo 75.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, terão que ser obrigatoriamente integradas no perímetro de consolidação do Município**
**Quadro 5 – Entidades inseridas no Perímetro de Consolidação**

Entidade	Sede Social	Capital Social	Participação Capital %	Valor da Participação	Fundamentação Legal	Método de Consolidação aplicável e motivo da sua inclusão
INOVA	Zona Industrial Apartado 57 3064-909 Cantanhede	11 647 332,00	100,00	11 647 332,00	alínea b) do n.º 4 do art.º 75 do RFALEI	Método de Consolidação Integral
BIOCANT	Biocant Park - Parque Tecnológico Cantanhede Núcleo 4 - Lote 3 3060 - 197 Cantanhede	4 110 000,00	99,93	4 107 000,00	subalínea i) da alínea c) do n.º 4 do art.º 75 do RFALEI	Método de Consolidação Integral
ABAP	Biocant Park - Parque Tecnológico Cantanhede Núcleo 4 - Lote 2 3060 - 197 Cantanhede	2 454 360,81	97,19	2 385 360,81	subalínea i) da alínea c) do n.º 4 do art.º 75 do RFALEI	Método de Consolidação Integral
WRC	Curia Tecnoparque, 3780-544	1 375 750,00	0,73	10 000,00	n.º 6 do art.º 75 do RFALEI	Método Equivalência Patrimonial

**27**

**1.1.2 Entidades excluídas do perímetro de consolidação do Município de Cantanhede, conforme o estipulado no artigo 75.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro**

**Quadro 6 – Entidades Excluídas do Perímetro de Consolidação**

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Participação Direta Capital %	Motivos da sua exclusão
ERSUC - Resíduos sólidos do Centro, S.A.	Rua Alexandre Herculano, N.º 21-B- Ap.1048 3001 - 501 Coimbra	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	1,67%	Inexistência de Controlo
Águas do Centro Litoral, S.A.	Av. Dr. Luís Albuquerque, ETA da Boavista, 3030-410 Coimbra	Tratamento de águas residuais	0,50%	Inexistência de Controlo
AREAC - Agência Regional Energia e Ambiente Centro	Rua Dr. Rosa Falcão, N.º 133 3220 - 216 Miranda do Corvo	Outras atividades associativas, não especificadas	6,67%	Inexistência de Controlo
Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção ITECONS	Pólo II da Universidade de Coimbra Rua Pedro Hispano 3030 - 289 Coimbra	Outra investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	1,05%	Inexistência de Controlo
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	Rua do Brasil, 131 3030 - 175 Coimbra	Administração Pública - atividades económicas	3,53%	Inexistência de Controlo
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	Parque Industrial de Taveiro, Lote 48, Apartado 2 3001 - 902 Coimbra	Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas	4,81%	Inexistência de Controlo
COIMBRAVITA - Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Rua de Tomar, 11 R/C Direto Coimbra	Encontra-se em dissolução com nomeação de liquidatário, desde 10/05/2012 (Empresa sem atividade)	2,21%	Inexistência de Controlo

28

**1.3. Número médio de trabalhadores ao serviço das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação, devidamente individualizados por categorias**

Quadro 7 – Número Médio de Trabalhadores

Entidade Categoria	Município de Cantanhede	INOVA	BIOCANT	ABAP	TOTAL
Dirigente (Comissão de Serviço)	11	3	1		15
Técnico Superior	52	9	6	1	68
Cordenador/Gestor Operacional		3	1	1	5
Assistente Técnico	56	12		5	73
Assistente Operacional	98	102		1	201
Informática	3			1	4
Comissão de Serviço	4				4
Fiscais Municipais	5	1			6
Outras Carreiras não revistas	1				1
Investigadores			2		2
Bolseiros			2		2
Diversos		2	3		5
<b>TOTAL</b>	<b>230</b>	<b>132</b>	<b>15</b>	<b>9</b>	<b>386</b>

**2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada**

29

**2.1. Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação**

Não aplicável.

**2.2. Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados**

Não aplicável.

**2.3. Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa**

Não aplicável

### 3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

#### 3.1. Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação nomeadamente, no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas

Para efeitos de consolidação, efetuaram-se os movimentos extra-contabilísticos abaixo arrolados, com a finalidade de se eliminar os investimentos financeiros, bem como as operações recíprocas:

- **Operação 1** - Eliminação de saldos das contas de terceiros;
- **Operação 2** - Anulação dos efeitos do Método de Equivalência Patrimonial;
- **Operação 3** - Anulação do investimento financeiro, nomeadamente as participações de Capital do Município das entidades;
- **Operação 4** - Anulação das mais-valias da venda dos Lotes 14 e 15 da Zona Industrial de Cantanhede, ocorrida em 07 de abril de 2014, à ABAP;
- **Operação 5** - Anulação dos Subsídios ao Investimento concedidos pelo Município à BIOCANT;
- **Operação 6** - Anulação das operações relativas aos Contratos-Programa celebrados com a INOVA;
- **Operação 7** - Anulação do Subsídio do Investimento atribuído à INOVA para execução da Obra de Saneamento e Águas Residuais de Enxofães e Porto Carros, deliberado na Reunião de Câmara de 15 de setembro de 2009;
- **Operação 8** - Anulação do efeito do Contrato-programa relativo à Construção do Complexo Desportivo de Ançã, celebrado com a INOVA;
- **Operação 9** - Anulação do Subsídio de Investimento concedido à INOVA, para fazer face ao Investimento em Gestão Ambiental, conforme deliberação de câmara de 15 de maio de 2007;
- **Operação 10** - Anulação do Subsídio de Investimento cedido à INOVA para aquisição de dois *ecotainers* na vila da Tocha;
- **Operação 11** - Anulação de Direito de Superfície de Lotes de Terreno pertencentes à ABAP a favor da BIOCANT;
- **Operação 12** - Eliminação dos proveitos e custos decorrentes da atividade normal das entidades;
- **Operação 13** - Anulação dos Interesses Minoritários nos Resultados do Grupo;
- **Operação 14** - Anulação da afetação dos Interesses Minoritários nas Reservas;
- **Operação 15** - Anulação da afetação dos Interesses Minoritários nos Resultados Transitados;

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

- **Operação 16** - Anulação das mais-valias e menos-valias da venda da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Murte de à INOVA por parte do Município, mediante escritura de 16 de outubro de 2015;
- **Operação 17** - Anulação das mais-valias da venda do terreno e do Centro de Recolha Animal ao Município, por parte da INOVA, mediante escritura de 16 de outubro de 2015;
- **Operação 18** - Anulação de menos-valias da venda do terreno no Corticeiro de Cima ao Município, por parte da INOVA.

As contas consolidadas do Grupo Autárquico não contêm impostos diferidos, uma vez que a consolidação observou o referencial contabilístico POCAL.

Devido à extensão dos mapas relativos ao assunto em epígrafe optou-se por apresentá-los em anexo (**ANEXO I e ANEXO II**)

### **3.2. Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior**

Não se verificaram diferenças de consolidação.

### **3.3. Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação**

Não existiram casos excecionais que pusessem em causa o princípio da consistência na consolidação.

### **3.4. Situação em que foi utilizada a eliminação de operações internas, se o seu efeito sobre o património, a posição financeira e os resultados conjuntos das entidades incluídas no perímetro de consolidação for materialmente relevante**

Apesar de não ser materialmente relevante uma breve referência apenas à operação interna realizada no âmbito da consolidação de contas com a INOVA, por esta não ter reconhecido dentro do mesmo exercício económico, o pagamento efetuado pelo Município a 30 de dezembro de 2016 referente a faturação no montante de 2.588,99 euros.

Desta forma, a INOVA reconhece nas suas contas uma dívida da Autarquia, quando na verdade o Município já tinha procedido ao pagamento, pelo que se anulou a dívida da INOVA por contrapartida do reconhecimento do recebimento.

**3.5 Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado**

Não existiram factos relevantes a mencionar.

**3.6 Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação**

Não existiram alterações significativas no decurso do exercício na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

**3.7 Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram**

Não existiram ajustamentos excecionais para efeitos fiscais.

**3.8. Indicação dos casos excecionais em que se utilizou a homogeneização da informação, bem como das razões que justificaram a sua utilização**

32

A consolidação de contas tem como principal objetivo traduzir a situação financeira e os resultados das operações de um grupo como se de uma única entidade se tratasse. Para tal, é necessária a agregação das demonstrações financeiras de todas as entidades pertencentes ao perímetro de consolidação, eliminando todas as operações realizadas entre estas, de forma que, apenas se apresentem os resultados das operações que as empresas do grupo tiveram com terceiros.

Nesta conformidade é necessário que todas as demonstrações financeiras das entidades integrantes do Grupo Autárquico se apresentem na mesma base contabilística, de modo a proceder à sua agregação. Note-se que, as entidades pertencentes ao perímetro de consolidação se encontram ao abrigo do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) seguindo assim princípios e políticas contabilísticas diferentes daquelas pelas quais se rege o Município de Cantanhede (POCAL), o que levanta desde logo uma dificuldade acrescida no processo de consolidação.

Posto isto, torna-se então obrigatório numa primeira fase proceder à homogeneização de toda a informação financeira de forma a permitir somar, numa ótica de linha a linha, as rubricas de ativos, passivos e fundos próprios/capital próprio constantes em Balanço, os custos/perdas/gastos e os proveitos/ganhos/rendimentos da Demonstração de Resultados, bem

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

como os pagamentos e recebimentos, no que respeita ao mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais, obtendo-se desta forma uma verdadeira imagem da posição financeira do grupo municipal.

Exemplificando, refira-se uma das diferenças mais relevantes entre o POCAL e o SNC, que diz respeito aos subsídios ao investimento. Enquanto no POCAL os subsídios para investimento associados a ativos amortizáveis, constam em balanço na rubrica dos proveitos diferidos na massa patrimonial do passivo, no relato financeiro SNC este tipo de subsídios integram as rubricas dos capitais próprios.

Também se informa que os capitais próprios se encontram deduzidos dos impostos diferidos, os quais oneram a rubrica dos proveitos diferidos.

A *Conta 274 – Proveitos diferidos* contem o valor de 893.806,88 euros de desvio de superavit / tarifário passivo, classificado em passivo não corrente nas demonstrações financeiras individuais da INOVA.

Prevê-se que esta dificuldade se mantenha até ao relato financeiro de 2017, considerando que a partir dessa data, é expectável a entrada em vigor do referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), ficando assim todo o grupo perante a mesma base contabilística.

33

#### 4. Informações relativas ao endividamento

##### 4.1. Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo

Quadro 8 – Endividamento Consolidado a Médio e Longo Prazo

Código / Designação das contas	Dívidas a terceiros de médio / longo prazos					TOTAL	Eliminação de créditos / dívidas recíprocas	Grupo público consolidado
	MUNICIPIO	INOVA	BIOCANT	ABAP				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2+3+4+5)	(7)	(8)= 6 - 7	
2611 - Fornecedores de Imobilizado C/C	144 000,00		0,00	126 000,00	270 000,00	126 000,00	144 000,00	
2613 - Fornecedores por Locação Financeira	2 394 525,08		0,00	0,00	2 394 525,08	0,00	2 394 525,08	
268105 - Proprietários de Imóveis			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
262+263+267+268 - Outros credores	673 803,95		0,00	0,00	673 803,95	0,00	673 803,95	
2312 - Dívidas a instituições de crédito	10 994 311,77	2 656 928,83	2 986 904,94	564 818,45	17 202 963,99	0,00	17 202 963,99	
<b>TOTAL</b>	<b>14 206 640,80</b>	<b>2 656 928,83</b>	<b>2 986 904,94</b>	<b>690 818,45</b>	<b>20 541 293,02</b>	<b>126 000,00</b>	<b>20 415 293,02</b>	

Apesar do Grupo Autárquico apresentar uma **dívida de médio e longo prazo** de 20.415.293,02 euros, refira-se que esta sofreu uma diminuição de 5.410.620,91 euros face ao valor registado no ano anterior (25.825.913,93 euros). Esta variação resultou da diminuição sentida em todas as rubricas das **dívidas a terceiros de médio e longo prazo** do balanço consolidado.

**4.2. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado que se vencem nos quatros anos seguintes, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial**
**Quadro 9 – Dívidas a Terceiros**

Código / Designação das contas (1)	Rubrica Patrimonial Designação das contas (2)	Dívidas a terceiros de médio / longo prazos					Anos seguintes (8)
		Dívida MLP a 31/12/2016 (3)	Amortizações 2018 (4)	Amortizações 2019 (5)	Amortizações 2020 (6)	Amortizações 2021 (7)	
MUNICIPIO	2611 - Fornecedores de Imobilizado C/C	144 000,00	48 000,00	48 000,00	48 000,00		0,00
	2613 - Fornecedores por Locação Financeira	2 394 525,08	342 993,24	342 993,27	342 993,32	342 993,25	1 022 552,00
	268105 - Proprietários de Imóveis						0,00
	262+263+267+268 - Outros credores	673 803,95	168 451,00	168 451,00	168 451,00	168 450,95	0,00
	2312 - Dívidas a instituições de crédito	10 994 311,77	2 541 836,92	2 488 156,92	2 488 156,92	2 488 156,92	988 004,09
	<b>Subtotal</b>	<b>14 206 640,80</b>	<b>3 101 281,16</b>	<b>3 047 601,19</b>	<b>3 047 601,24</b>	<b>2 999 601,12</b>	<b>2 010 556,09</b>
INOVA	2613 - Fornecedores por Locação Financeira						0,00
	262+263+267+268 - Outros credores						0,00
	2312 - Dívidas a instituições de crédito	2 656 928,83	532 092,12	485 096,47	495 662,04	506 686,46	637 391,74
	<b>Subtotal</b>	<b>2 656 928,83</b>	<b>532 092,12</b>	<b>485 096,47</b>	<b>495 662,04</b>	<b>506 686,46</b>	<b>637 391,74</b>
BIOCANT	2611 - Fornecedores de Imobilizado C/C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	262+263+267+268 - Outros credores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2312 - Dívidas a instituições de crédito	2 986 904,94	345 381,78	350 859,82	327 528,39	246 118,66	1 717 016,29
	<b>Subtotal</b>	<b>2 986 904,94</b>	<b>345 381,78</b>	<b>350 859,82</b>	<b>327 528,39</b>	<b>246 118,66</b>	<b>1 717 016,29</b>
ABAP	2611 - Fornecedores de Imobilizado C/C	126 000,00	21 000,00	21 000,00	21 000,00	21 000,00	42 000,00
	262+263+267+268 - Outros credores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2312 - Dívidas a instituições de crédito	564 818,45	187 936,31	188 182,61	188 699,53	0,00	0,00
	<b>Subtotal</b>	<b>690 818,45</b>	<b>208 936,31</b>	<b>209 182,61</b>	<b>209 699,53</b>	<b>21 000,00</b>	<b>42 000,00</b>
Eliminações Recíprocas	2611 - Fornecedores de Imobilizado C/C	-126 000,00	-21 000,00	-21 000,00	-21 000,00	-21 000,00	-42 000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>-126 000,00</b>	<b>-21 000,00</b>	<b>-21 000,00</b>	<b>-21 000,00</b>	<b>-21 000,00</b>	<b>-42 000,00</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>20 415 293,02</b>	<b>4 166 691,37</b>	<b>4 071 740,09</b>	<b>4 059 491,20</b>	<b>3 752 406,24</b>	<b>4 364 964,12</b>

### 4.3. Mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza

Quadro 10 – Dívida Bruta Consolidada

RUBRICAS	Exercício	
	Ano 2016	Ano 2015
<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo</b>		
Fornecedores de imobilizado, c/c	144 000,00	192 000,00
Fornecedores de imobilizado por locação financeira	2 394 525,08	2 805 915,80
Proprietários de Imóveis	0,00	
Credores diversos por subscrição de capital social	0,00	
Credores das Administrações Públicas	0,00	842 254,95
Outros Credores	673 803,95	
Dívidas a instituições de crédito	17 202 963,99	21 985 743,18
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>20 415 293,02</b>	<b>25 825 913,93</b>
<b>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</b>		
Empréstimos de curto prazo	1 786 816,51	1 579 000,00
Dívidas a instituições de crédito	3 427 544,71	4 040 688,35
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	
Fornecedores, c/c	727 700,18	783 475,97
Factoring Fornecedores, c/c	0,00	
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	0,00	241 664,08
Credores pela execução do orçamento	0,00	
Clientes e utentes c/cauções	6 452,93	6 452,93
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	
Fornecedores de imobilizado, c/c	428 457,56	164 096,99
Estado e outros entes públicos	295 205,26	358 488,51
Administração autárquica	0,00	
Outros credores	1 513 699,93	1 848 127,53
Fornecedores por vendas a dinheiro	0,00	
Empreiteiros c/c	-14 351,65	-14 351,65
Forn. Imobilizado - Fat. em conferência/receção	0,00	1 039,35
Fornecedores de imobilizado por locação financeira	410 477,48	422 174,06
Factoring -Fornecedores, c/c	0,00	
Factoring -Fornecedores de imobilizado e empreiteiros c/c	0,00	65 328,41
<b>Subtotal</b>	<b>8 582 002,91</b>	<b>9 496 184,53</b>
<b>TOTAL DA DÍVIDA</b>	<b>28 997 295,93</b>	<b>35 322 098,46</b>
<b>(-) DÍVIDAS NÃO ORÇAMENTAIS</b>	<b>983 973,09</b>	<b>1 250 391,00</b>
<b>TOTAL DA DÍVIDA BRUTA</b>	<b>28 013 322,84</b>	<b>34 071 707,46</b>

35

Paralelamente à redução da **dívida de médio e longo prazo**, também a diminuição da dívida bruta foi considerável, cifrando-se em 6.058.384,62 euros, no exercício de 2016, conforme se pode aferir no **Quadro 10**.

## 5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

O mapa de fluxos de caixa consolidada proporciona informação sobre a execução orçamental do Grupo Autárquico, demonstrando o balanceamento entre os recebimentos e os pagamentos das operações orçamentais e das operações de tesouraria.

A informação relativa aos Saldos e Fluxos Financeiros, pela sua dimensão, é apresentada em anexo (**Anexo III**).

## 6. Informações relativas a compromissos

**6.1 Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativamente aos compromissos referentes a exercícios futuros**

O **Quadro 11** mostra que o Grupo Autárquico já assumiu compromissos futuros (obrigações para exercício futuros, que ainda não são dívidas) no valor de 36.197.213,64 euros, refletidos nas contas da **Classe 0 – 027 e 051**, no caso do Município.

**Quadro 11 – Compromissos Financeiros que não constam do Balanço Consolidado**

Entidade	ESCALONAMENTO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS				
	2017	2018	2019	Anos Seguintes	Total
Município de Cantanhede	14 820 410,62	3 818 949,20	3 305 331,40	10 374 114,33	<b>32 318 805,55</b>
INOVA	2 605 938,64	769 324,27	211 184,40	0,00	<b>3 586 447,31</b>
BIOCANT	112 592,02	4 120,00	1 080,00	0,00	<b>117 792,02</b>
ABAP	124 854,76	25 752,00	23 562,00	0,00	<b>174 168,76</b>
<b>TOTAL</b>	<b>17 663 796,04</b>	<b>4 618 145,47</b>	<b>3 541 157,80</b>	<b>10 374 114,33</b>	<b>36 197 213,64</b>

**6.2 Descrição das responsabilidades por garantias prestadas, desdobradas de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante.**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Também aqui, pela sua dimensão, a informação relativa às Libertações de Garantias e Cauções, é apresentada em anexo (**Anexo IV**).

No **Quadro 12** discrimina-se as hipotecas constituídas pelas entidades do perímetro, bem como a menção das receitas consignadas.

**Quadro 12 – Hipotecas constituídas pelas Entidades do Perímetro**

Entidade	Beneficiário	Descrição	Valor
ABAP - Associação do Beira Atlântico Parque	Caixa Geral de Depósitos	Edifício Sede da ABAP	2 280 000,00
	Caixa Geral de Depósitos	Edifício BIOCANT I	1 350 000,00
BIOCANT - Associação de Transferência e Tecnologia	Caixa de Crédito Agrícola	Edifício BIOCANT II PME's	2 600 000,00
	Caixa Económica Montepio	Edifício BIOCANT III	1 000 000,00
INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA	Agência para o Desenvolvimento e coesão, I.P	Parte das receitas, decorrentes da aplicação dos tarifários do serviço de abatecimento público de águas residuais e gestão de resíduos urbanos.	

Informa-se que no Grupo Autárquico existem outras garantias subscritas pela INOVA e pela BIOCANT que totalizam 2.494.616,00 euros e 2.026.180,00 euros, respetivamente, conforme mapa de responsabilidades de crédito emitido pelo Banco de Portugal.

37

## 7. Informações relativas a políticas contabilísticas

### 7.1. Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tendo por base uma política de continuidade das operações, assente nos princípios contabilísticos geralmente aceites, baseando-se nos registos das entidades que integram o perímetro de consolidação.

Deu-se cumprimento aos principais critérios de valorimetria seguidos pelas entidades do grupo incluídas na consolidação, os quais se demonstram consistentes.

De modo a clarificar os critérios valorimétricos aplicados pelas entidades pertencentes ao grupo municipal, permitindo de um modo direto a sua comparabilidade, apresenta-se um quadro em anexo com a sua discriminação, substituindo o texto presente em relatórios anteriores (**Anexo V**).

## 8. Informação relativa a determinadas rubricas

### 8.1 Despesas de Instalação e de Investigação e Desenvolvimento

Não existe qualquer valor referente a **Despesas de Instalação** constantes em balanço. No que concerne às **Despesas de Investigação e Desenvolvimento** apenas o Município contribui para o montante apurado, estando registados nesta rubrica os projetos que o Município contratou, destinados à execução de algumas obras e realização de algumas infraestruturas, mas que por razões de diversa natureza não se chegaram a concretizar. Do mesmo modo, foram registados nesta rubrica os planos de desenvolvimento estratégico, a Carta Social do Município de Cantanhede, bem como levantamentos topográficos.

Uma nota apenas para o facto de, o POCAL, não prever os “*direitos de superfície*”, pelo que, por analogia ao definido no SNC, se enquadraram na **Conta 433 – Propriedade Industrial e Outros Direitos** os montantes suportados com estes direitos.

### 8.2 Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Decorrente da análise do mapa do **Ativo Bruto**, verifica-se um aumento em 4.451.560,05 euros face ao ano anterior, devendo-se, essencialmente, à transferência para imobilizado as intervenções que se encontravam em curso.

Constam dos **Anexos VI e VII** respetivamente, os mapas que refletem os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado durante o presente exercício bem como as respetivas amortizações e provisões.

38

### 8.3. Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período:

No exercício em análise, não existiram custos suportados com empréstimos capitalizados em imobilizações.

### 8.4. Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram:

Não se verificaram ajustamentos no valor dos ativos, no exercício em análise.

**8.5. Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respectivos preços de mercado**

No exercício em análise, não existiram diferenças materialmente relevantes.

**8.6 Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado:**

Não aplicável.

**8.7 Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor:**

Não aplicável, no exercício em análise

**8.8. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão**

39

Relativamente a esta nota, remete-se para o já apresentado na Nota 6.2 deste documento.

**8.9 Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas:**

Não aplicável, no exercício em análise.

**8.10. Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades**

**Quadro 13 – Valor Líquido Consolidado das Vendas e Prestação de Serviços**

VENDAS			PREST. SERV.				
	Eliminações	Total		Eliminações	Total		
MUNICIPIO	244 755,10	0,00	244 755,10	MUNICIPIO	361 732,67	361 732,67	
INOVA	8 597,37	0,00	8 597,37	INOVA	6 646 036,78	-233 982,48	6 412 054,30
BIOCANT		0,00	0,00	BIOCANT	340 906,90	-125 606,48	215 300,42
ABAP		0,00	0,00	ABAP	376 456,08	-57 028,80	319 427,28
<b>TOTAL</b>	<b>253 352,47</b>	<b>0,00</b>	<b>253 352,47</b>	<b>TOTAL</b>	<b>7 725 132,43</b>	<b>-416 617,76</b>	<b>7 308 514,67</b>

**8.11. Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação:**

Não aplicável, no exercício em análise.

40

**8.12. Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros:**

Não aplicável, no exercício em análise

**8.13. Remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial**

**Quadro 14 – Remunerações dos Órgãos Executivos, Deliberativos e de Fiscalização**

Entidade	ANO 2016			ANO 2015		
	Remunerações Órgão Executivo	Remunerações Órgão Deliberativo	Remunerações Órgão Fiscalização	Remunerações Órgão Executivo	Remunerações Órgão Deliberativo	Remunerações Órgão Fiscalização
Município de Cantanhede	142 920,15	11 007,44	5 845,09	136 649,37	11 224,93	6 332,17
INOVA	82 295,73		7 500,00	79 357,55	0,00	7 500,00
BIOCANT	38 393,28		2 000,00	15 012,26	0,00	2 000,00
ABAP			2 000,00	0,00	0,00	2 000,00
<b>TOTAL</b>	<b>263 609,16</b>	<b>11 007,44</b>	<b>17 345,09</b>	<b>231 019,18</b>	<b>11 224,93</b>	<b>17 832,17</b>

**8.14. Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação:**

Não aplicável, no exercício em análise.

**8.15. Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações:**

41

Não aplicável, no exercício em análise.

**8.16. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do ano anterior**

Apesar de não se tratar de uma questão de comparabilidade da informação, refira-se que do valor inscrito nas **reservas livres**, a quantia de 292.814,95 euros refere-se a **reserva especial por lucros retidos e reinvestidos** da INOVA.

## 8.17. Demonstração consolidada de resultados financeiros

Quadro 15 – Demonstração Consolidada de Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		Ano 2016	Ano 2015			Ano 2016	Ano 2015
681	Juros suportados	413 017,35	461 709,19	781	Juros obtidos	30 700,19	31 644,04
682	Perdas em entidades participadas	0,01	961,49	782	Ganhos em entidades participadas	16 044,63	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	1 216 064,97	1 205 865,11
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	83 809,31	13 424,67
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	1 134,50	785	Diferenças de câmbio favoráveis	571,71	0,00
686	Descontos de pp. Concedidos	0,00	12,92	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	13 264,20	28 817,32
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	30 856,17	34 525,10	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	492,46	-5 166,00
	Resultados Financeiros	917 073,94	776 115,54	789	Reembolsos e Restituições	0,00	-126,40
<b>TOTAL</b>		<b>1 360 947,47</b>	<b>1 274 458,74</b>	<b>TOTAL</b>		<b>1 360 947,47</b>	<b>1 274 458,74</b>

## 8.18. Demonstração consolidada de resultados extraordinários

Quadro 16 - Demonstração Consolidada de Resultados Financeiros Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		Ano 2016	Ano 2015			Ano 2016	Ano 2015
691	Transferências de capital concedidas	1 044 634,41	1 386 525,03	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	10 630,27	2 494,01	793	Ganhos em existências	8,57	1 418,00
694	Perdas em imobilizações	376 090,38	2 149,05	794	Ganhos em imobilizações	77 489,77	78 373,37
695	Multas e Penalidades	1 624,68	120,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	60 464,70	54 998,99
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	37 109,97	62 661,47
697	Correções relativas a exercícios anteriores	256 580,09	381 906,51	797	Correções relativas a exercícios anteriores	67 397,09	144 173,87
698	Outros custos e perdas extraordinárias	475 642,91	-329 468,22	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2 630 421,45	2 210 814,60
	Resultados extraordinários	707 688,81	1 108 713,92				
<b>TOTAL</b>		<b>2 872 891,55</b>	<b>2 552 440,30</b>	<b>TOTAL</b>		<b>2 872 891,55</b>	<b>2 552 440,30</b>

### 8.19 Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos

Quadro 17 – Provisões

Contas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para cobranças duvidosas	520 160,19	51 291,96	46 456,13	524 996,02
Provisões para riscos e encargos	153 020,00	0,00	0,00	153 020,00
Provisões para depreciação de existências	30 787,20	10 460,60	6 958,70	34 289,10
Provisões para equipamento	1 029,12	0,00	0,00	1 029,12
Provisões para investimentos financeiros	105 902,15	0,00	0,00	105 902,15
<b>TOTAL</b>	<b>810 898,66</b>	<b>61 752,56</b>	<b>53 414,83</b>	<b>819 236,39</b>

As provisões para riscos e encargos foram constituídas pelos montantes das responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais, cuja resolução pelos tribunais ainda não tenha ocorrido.

Uma referência para a diminuição do valor deste elemento do balanço, justificado, essencialmente, pela redução das provisões para cobranças duvidosas na BIOCANT.

43

### 8.20. Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção do respetivo valor contabilístico

Quadro 18 – Bens utilizados em Regime de Locação Financeira

Entidade	Descrição	Locador	Nº Contrato	Data do Contrato	Valor Financiado	Valor Contabilístico
Município de Cantanhede	Casa Chico Pinto	Caixa Leasing e Factoring	507981	24/07/2002	841 917,39	304 011,10
	Parque Desportivo de Cantanhede(*)	Caixa Leasing e Factoring	321660	11/07/2007	3 265 720,52	4 475 082,11
	Parque Desportivo de Febres	Caixa Leasing e Factoring	320349	27/07/2007	2 099 608,80	2 320 858,80
INOVA	LEASING ETAR Vilamar e Corticeiro Terrenos e Recursos Naturais	Caixa Leasing e Factoring	CLIC/601195	27/12/2005	16 798,11	16 798,11
	LEASING ETAR Vilamar e Corticeiro Equipamento Básico	Caixa Leasing e Factoring	CLIC/601195	27/12/2005	264 170,77	168 422,69
BIOCANT					0,00	0,00
ABAP					0,00	0,00
<b>TOTAL</b>					<b>6 488 215,59</b>	<b>7 285 172,81</b>

Um breve comentário para o facto de, no decurso de 2016, não se terem concretizados novos contratos de locação financeira.

**8.21 Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas:**

Todas as dívidas estão evidenciadas no balanço consolidado.

**9. Acontecimentos relevantes ocorridos após a data do Balanço Consolidado.**

Procede-se à divulgação que consta da agenda da Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal, de 20 de junho de 2017 o seguinte assunto: “Celebração de contrato promessa de compra e venda e contrato de cessão de exploração (*Biocant Park*).

Mais se declara que no presente momento não é possível apresentar uma estimativa do eventual efeito financeiro.

PRESTAÇÃO  
CONTAS  
CONSOLIDADAS **16**

**ANEXOS**

PRESTAÇÃO  
CONTAS  
CONSOLIDADAS **16**

Movimentos Extra-Contabilísticos

Anexo I

## MOVIMENTOS EXTRA-CONTABILÍSTICOS DESTINADOS A ELIMINAR AS OPERAÇÕES RECÍPROCAS

OPERAÇÃO DE ELIMINAÇÃO RECÍPROCA	MUNICÍPIO / INOVA		MUNICÍPIO / BIOCANT		MUNICÍPIO / ABAP		INOVA / BIOCANT		INOVA / ABAP		BIOCANT / ABAP		TOTAL	
	Descrição	Contas	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
<b>Operação 1</b> Eliminação de Saldo	218101 - Clientes Cobrança Duvidosa												0,00	0,00
	221 - Fornecedores												282 548,46	0,00
	273 - Acrescimo de custos	11 244,31											11 244,31	0,00
	228 - Fornecedores - Em Conf.												0,00	0,00
	211 - Clientes	11 244,31						663,56				281 848,46	0,00	294 244,48
<b>Operação 2</b> Anulação dos efeitos do MEP	268 - Outros Devedores (CP)												0,00	0,00
	268 - Outros Credores (CP)												0,00	0,00
	268108 - Devedores de Imobilizado (MLP)								663,56				1 151,71	0,00
	268108 - Devedores de Imobilizado (CP)												0,00	126 000,00
	2611 - Fornecedores de Imobilizado, C/C (CP)												21 000,00	0,00
<b>Operação 3</b> Anulação da Participação de Capital	2611 - Fornecedores de Imobilizado, C/C (CP)												126 000,00	0,00
	2611 - Fornecedores de Imobilizado, C/C (MLP)												141 550,67	0,00
	782 - Ganhos em Entidades Participadas	167 496,96											309 047,63	0,00
	59 - Resultados Transitados	890 645,53			4 107 000,00								890 645,53	5 447 615,88
	411 - Partes de Capital	1 058 142,49	4 107 000,00										5 306 065,21	1 058 142,49
<b>Operação 4</b> Anulação de Mais-Valias	411 - Partes de Capital	11 647 332,00			4 107 000,00								0,00	18 140 692,81
	Interesses minoritários				2 000,00								0,00	71 000,00
	51 - Patrimônio	11 647 332,00			4 109 000,00							1 000,00	18 211 692,81	0,00
	59 - Resultados Transitados												180 000,00	0,00
	414 - Investimentos Financeiros												0,00	180 000,00
<b>Operação 5</b> Anulação do Subsídio ao Investimento concedido pelo Município à BIOCANT	691 - Custos Extraordinários												0,00	340 000,00
	79 - Projeitos Extraordinários (7883 - SNC)				37 885,71								37 885,71	0,00
	59 - Resultados Transitados				71 108,93								71 108,93	680 000,00
	2745 - Projeitos Diferidos (593 - SNC)				1 020 000,00								1 020 000,00	108 994,64
	74 - Transferência e Subsídios Obtidos (75 SNC)	898 000,00			300 000,00								1 298 000,00	0,00
<b>Operação 6</b> Anulação dos Subsídios a Exploração concedidos pelo Município	691 - Transferências de capital concedidas												0,00	400 000,00
	271 - Acréscimos de Projeitos (2721 SNC)			8 000,00									0,00	8 000,00
	63 - Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prest. Sociais			890 000,00									0,00	890 000,00
	59 - Resultados Transitados (56 - SNC)	26 530,92		272 893,26									26 530,92	272 893,26
	79 - Projeitos Extraordinários (7883 - SNC)	8 843,64											8 843,64	0,00

## MOVIMENTOS EXTRA-CONTABILÍSTICOS DESTINADOS A ELIMINAR AS OPERAÇÕES RECÍPROCAS

OPERAÇÃO DE ELIMINAÇÃO RECÍPROCA	Contas	MUNICÍPIO / INOVA		MUNICÍPIO / BIOCANT		MUNICÍPIO / ABAP		INOVA / BIOCANT		INOVA / ABAP		BIOCANT / ABAP		TOTAL	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Residuais de Enxofres e Porto Carros.	2745 - Proveitos Diferidos (593 - SNC)	237 518,70												237 518,70	0,00
<b>Operação 8</b> Anulação do Subsídio do Investimento atribuído à INOVA para fazer face ao Investimento feito pela Inova na Construção do Complexo Desportivo de Ançã.	59 - Resultados Transitados	109 243,65	1 006 547,82											109 243,65	1 006 547,82
	79 - Proveitos Extraordinários (7883 - SNC)	48 315,46												48 315,46	0,00
	74 - Transferências e Subsídios Obtidos	46 202,80	74,26											46 202,80	74,26
	69 - Custos Extraordinários		0,00											0,00	0,00
<b>Operação 9</b> Anulação do Subsídio de Investimento do Município de Cantanhede à Inova-EM para fazer face ao Investimento em Gestão Ambiental.	2745 - Proveitos Diferidos (593 - SNC e 282 - SNC)	816 345,10	13 484,93											816 345,10	13 484,93
	59 - Resultados Transitados	1 231 297,25	2 382 454,06											1 231 297,25	2 382 454,06
<b>Operação 10</b> Anulação do Subsídio de Investimento do Município de Cantanhede à Inova-EM para aquisição de dois ecolainers na vila da Tocha.	79 - Proveitos Extraordinários (7883 - SNC)	66 595,46												66 595,46	0,00
	2745 - Proveitos Diferidos (593 - SNC)	1 084 561,35												1 084 561,35	0,00
	59 - Resultados Transitados (56 - SNC)	26 989,32	28 100,00											26 989,32	28 100,00
<b>Operação 11</b> Anulação do Direito de Superfície de Lotes de Terreno pertencentes à ABAP a favor da BIOCANT.	79 - Proveitos Extraordinários (7883 - SNC)	1 101,49												1 101,49	0,00
	2745 - Proveitos Diferidos (593 - SNC)	9,19												9,19	0,00
	59 - Resultados Transitados														
	433 - Direito de Superfície (445 SNC)													31 530,50	31 836,17
	483 - Amortizações Acumuladas (4483 SNC)													0,00	351 220,00
	66 - Amortizações do exercício (64 SNC)													38 860,57	0,00
274 - Proveitos Diferidos (282 SNC)															
	78 - Proveitos Financeiros (7873 SNC)													312 665,10	0,00
65 - Outros Custos e Perdas Operacionais (6883 SNC)														7 024,40	0,00
	69 - Custos e Perdas Extraordinárias (6881 - SNC)													0,00	461 139,02
	76 - Outros Proveitos Operacionais (7886 SNC)													0,00	10 394,77
	273 - Acréscimos de Custos (2722 SNC)													461 073,21	0,00
<b>Operação 12</b> Eliminação Proveitos/ Custos															
	271 - Acréscimos de Proveitos (2721 SNC)													562,97	845,38
														0,00	0,00

## MOVIMENTOS EXTRA-CONTABILÍSTICOS DESTINADOS A ELIMINAR AS OPERAÇÕES RECIPROCAS

OPERAÇÃO DE ELIMINAÇÃO RECIPROCA	MUNICÍPIO / INOVA		MUNICÍPIO / BIOCANT		MUNICÍPIO / ABAP		INOVA / BIOCANT		INOVA / ABAP		BIOCANT / ABAP		TOTAL	
	Descrição	Contas	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
		712 - Prestações de Serviços (722 SNC)	218 093,31							6 422,74		182 635,28		416 617,76
		72 - Impostos e Taxas												85,31
		62 - Fornecimento e Serviços Externos		207 972,13						562,97	6 422,74			1 488,35
<b>Operação 13</b>		88 - Resultados Líquidos (818 SNC)							9 466,43					396 121,31
		Interesses Minoritários nos Resultados do												0,00
<b>Operação 14</b>		Interesses Minoritários												4 096,05
		Anulação da afetação dos Interesses Minoritários nas Reservas											168,60	0,00
<b>Operação 15</b>		574 - Reservas livres												0,00
		Interesses Minoritários						168,60						168,60
<b>Operação 16</b>		59 - Resultados Transitados				3 239,95								0,00
		Anulação da afetação dos Interesses Minoritários nos Resultados Transitados												42 169,96
<b>Operação 17</b>		Interesses Minoritários			3 239,95									0,00
		59 - Resultados Transitados	5 671,52	50 045,87										50 045,87
		Anulação de Mais-Valias e Menos-Valias	50 045,87	5 671,52										50 045,87
		59 - Resultados Transitados	31 664,28	2 677,03										2 677,03
		66 - Amortizações do exercício (64 SNC)	2 479,27	708,93										708,93
		Operação 17	4822 - Amortizações Acumuladas (4382 - SNC)	886,16	27 478,93									27 478,93
		Anulação de Mais-Valias												886,16
		422 - Edifícios		6 664,62										6 664,62
		421 - Terrenos	2 499,80											2 499,80
		59 - Resultados Transitados		1 807,91										1 807,91
		Anulação de Menos-Valias	1 807,91											1 807,91
		45101 - Terrenos D. Público												0,00
		<b>TOTAL DE CONTROLO</b>	17 631 421,25	17 631 421,25	9 915 376,03	9 915 376,03	10 975,37	10 975,37	7 473,86	7 473,86	856 264,31	856 264,31	32 880 699,25	32 880 699,25

PRESTAÇÃO  
CONTAS  
CONSOLIDADAS **16**

Movimentos de Recebimentos e  
Pagamentos a Anular

Anexo II

MOVIMENTOS DE RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS A ANULAR

OPERÇÃO DE ELIMINAÇÃO RECÍPROCA	Rubrica	MUNICÍPIO / INOVA		MUNICÍPIO / BIOCANT		MUNICÍPIO / ABAP		INOVA / BIOCANT		INOVA / ABAP		BIOCANT / ABAP		TOTAL	
		Recebimento	Pagamento	Recebimento	Pagamento	Recebimento	Pagamento	Recebimento	Pagamento	Recebimento	Pagamento	Recebimento	Pagamento	Recebimento	Pagamento
Eliminação dos Fluxos Recíprocos	Saldos Iniciais													0,00	0,00
	Receitas Correntes	1 273 713,13		628 579,50		338 621,39		9 533,92		6 468,31		232 795,54		2 488 711,79	0,00
	Receitas de Capital	47 237,43		340 000,00		21 000,00								408 237,43	0,00
	Despesas Correntes		1 273 713,13		328 579,50		238 621,39		9 533,92		6 468,31		232 795,54		2 089 711,79
Despesas de Capital		47 237,43		640 000,00		121 000,00								0,00	808 237,43

PRESTAÇÃO  
CONTAS  
CONSOLIDADAS **16**

Saldos e Fluxos de Caixa Financeiros

Anexo III

SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES INTEGRANTES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Tipo de fluxos	Município / INOVA									
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamento no exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2+3)-(-4+5)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(7+8)-(-9+10)
Transferências					0,00					0,00
Subsídios	0,00	1 041 320,00	0,00	1 041 320,00	0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais	0,00	266 654,39	33 250,01	233 404,38	0,00	0,00	46 226,18	0,00	46 226,18	0,00
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>1 307 974,39</b>	<b>33 250,01</b>	<b>1 274 724,38</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>46 226,18</b>	<b>0,00</b>	<b>46 226,18</b>	<b>0,00</b>

Tipo de fluxos	Município / ABAP									
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamento no exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2+3)-(-4+5)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(7+8)-(-9+10)
Transferências					0,00					0,00
Subsídios	0,00	100 000,00	0,00	100 000,00	0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais	0,00	238 536,08	0,00	238 536,08	0,00	168 000,00	85,31	0,00	21 085,31	147 000,00
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					53 600,00
Outros					0,00					0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>338 536,08</b>	<b>0,00</b>	<b>338 536,08</b>	<b>0,00</b>	<b>168 000,00</b>	<b>85,31</b>	<b>0,00</b>	<b>21 085,31</b>	<b>147 000,00</b>

Tipo de fluxos	Município / BIOCANT									
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamento no exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2+3)-(-4+5)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(7+8)-(-9+10)
Transferências	0,00	640 000,00	0,00	640 000,00	0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais	0,00	328 560,00	0,00	328 560,00	0,00	0,00	19,50	0,00	19,50	0,00
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>968 560,00</b>	<b>0,00</b>	<b>968 560,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19,50</b>	<b>0,00</b>	<b>19,50</b>	<b>0,00</b>

SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES INTEGRANTES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Tipo de fluxos	ABAP / BIOCANT									
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamento no exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2+3)-(4+5)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais	201 962,49	154 495,97	0,00	73 910,00	282 548,46	15 895,62	142 899,92	0,00	158 795,54	0,00
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
<b>TOTAL</b>	<b>201 962,49</b>	<b>154 495,97</b>	<b>0,00</b>	<b>73 910,00</b>	<b>282 548,46</b>	<b>15 895,62</b>	<b>142 899,92</b>	<b>0,00</b>	<b>158 795,54</b>	<b>0,00</b>

Tipo de fluxos	INOVA / BIOCANT									
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamento no exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2+3)-(4+5)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 197,48	0,00	9 533,92	-663,56
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					54 000,00
Outros					0,00					0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10 197,48</b>	<b>0,00</b>	<b>9 533,92</b>	<b>-663,56</b>

Tipo de fluxos	INOVA / ABAP									
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamento no exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2+3)-(4+5)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 956,46	0,00	6 468,31	-488,15
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6 956,46</b>	<b>0,00</b>	<b>6 468,31</b>	<b>-488,15</b>

PRESTAÇÃO  
CONTAS  
CONSOLIDADAS **16**

**Garantias Prestadas e  
Contas de Ordem**

Anexo IV (Ponto 6.2 do POCAL)

## GARANTIAS PRESTADAS E CONTAS DE ORDEM

ENTIDADE	CONTAS		SALDO ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO	
	Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
	<b>093</b>	<b>Garantias e cauções de Terceiros</b>						
	0932	Garantias e cauções de Terceiros, Prestadas	3 477 104,62	0,00	166 383,00	0,00	3 643 487,62	0,00
	0933	Garantias e cauções de Terceiros, Devolvidas	0,00	0,00	0,00	264 384,38	0,00	264 384,38
Município de	0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas	0,00	0,00	0,00	6 471,75	0,00	6 471,75
<b>Cantanhede</b>	<b>094</b>	<b>Garantias e cauções a Terceiros</b>						
	0942	Garantias e cauções a Terceiros, Prestadas						
	0943	Garantias e cauções a Terceiros, Devolvidas						
	0944	Garantias e Cauções a Terceiros, Acionadas						
	<b>093</b>	<b>Garantias e cauções de Terceiros</b>						
	0932	Garantias e cauções de Terceiros, Prestadas	145 732,73	0,00	0,00	145 732,73	0,00	0,00
	0933	Garantias e cauções de Terceiros, Devolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>BIOCANT</b>	<b>094</b>	<b>Garantias e cauções a Terceiros</b>						
	0942	Garantias e cauções a Terceiros, Prestadas						
	0943	Garantias e cauções a Terceiros, Devolvidas						
	0944	Garantias e Cauções a Terceiros, Acionadas						
	<b>093</b>	<b>Garantias e cauções de Terceiros</b>						
	0932	Garantias e cauções de Terceiros, Prestadas	173 448,81	0,00	88 456,22	73 186,61	188 718,42	0,00
	0933	Garantias e cauções de Terceiros, Devolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INOVA</b>	<b>094</b>	<b>Garantias e cauções a Terceiros</b>						
	0942	Garantias e cauções a Terceiros, Prestadas						
	0943	Garantias e cauções a Terceiros, Devolvidas						
	0944	Garantias e Cauções a Terceiros, Acionadas						
	<b>TOTAL</b>		<b>3 796 286,16</b>	<b>0,00</b>	<b>254 839,22</b>	<b>489 775,47</b>	<b>3 561 349,91</b>	

PRESTAÇÃO  
CONTAS  
CONSOLIDADAS **16**

**Critérios Valorimétricos**

Anexo V (Ponto 7.1 do POCAL)

## CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Rubricas	Município de Cantanhede	INOVA	BIOCANT	ABAP
	<p>O ativo imobilizado é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção (nos termos do ponto 4.1 « Imobilizações» do POCAL e da Portaria nº 671/2000, de 17 de abril, que reportam as instruções regulamentadoras do Cadastro Inventário dos Bens do Estado (CIBE));</p> <p>Exceções:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Bens inventariados com valor zero: bens doados ao Município, para os quais não foi possível apurar o seu valor efetivo, sendo a sua valorização efetuada tendo em consideração critérios técnicos adequados à sua natureza;</li> <li>. Bens do ativo imobilizado constantes do balanço inicial, cujo valor foi atribuído com base em critérios técnicos adequados à sua natureza, no método do custo ou do valor de substituição / reposição, o que corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes, deduzido da depreciação sofrida até a data da avaliação.</li> </ul>	<p>Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou próprios, respectivamente, deduzidos das depreciações. Para os bens que foram ao custo de aquisição, deduzido das transferidas da Câmara Municipal de Cantanhede para a INOVA em correspondentes depreciações e das perdas por 2002, foi adotado o custo considerado. As depreciações são calculadas, imparidade acumuladas.</p> <p>Os gastos com reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil significativas nos elementos dos ativos fixos e estimada. As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são tangíveis são registadas como gasto do período em revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas que são incorridos.</p> <p>será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados. As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do amortizadas, e só são reconhecidos se for provável acumuladas, e só são reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros tangíveis são registadas como gasto do período em que ocorrem.</p> <p>Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização, para a associação, se possa medir razoavelmente o controlo encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização, para a associação, se possa medir razoavelmente o controlo momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e sobre os mesmos.</p> <p>nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão. O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda um evento ou alteração nas circunstâncias que e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo indicarem que o montante pelo qual o ativo se registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros encontra registado possa não ser recuperável, é rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas». Em cada data de efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe por imparidade reconhecidas em exercícios algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se anteriores é registada quando se conclui que as existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos perdas por imparidade já não existem ou ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão diminuiram.</p> <p>da perda por imparidade (se for o caso).</p>	<p>Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das perdas por correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.</p> <p>Os gastos com reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que ocorrem.</p> <p>As propriedades de investimento estão registadas ao valor de custo e incluem os Direitos de superfície;</p>	<p>As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:</p>
AMORTIZAÇÕES	<p>Amortizações calculadas de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, tendo por base as taxas preconizadas no classificador CIBE, reportando-se ao mês da sua aquisição.</p>	<p>As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:</p>	<p>As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:</p>	<p>As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:</p>



**CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS**

Rubricas	Município de Cantanhede	INOVA	BIOCANT	ABAP
	<p>São constituídas provisões tendo por base o princípio da prudência, dando cumprimento ao estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL.</p> <p>São constituídas provisões para dívidas de cobrança duvidosa, para as dívidas de terceiros que se encontram em situação de mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.</p> <p>Para as dívidas em mora há mais de 6 meses e menos de 12 é provisionado 50% do seu valor, no que concerne às dívidas em mora há mais de 1 ano considera-se como provisão 100% do respetivo montante.</p>		<p>A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela identificação de indicadores de imparidade.</p> <p>A evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando: a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas; se verificarem atrasos significativos no pagamento; e se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.</p> <p>O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.</p> <p>A data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que induzem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.</p> <p>A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade já não existem ou diminuíram.</p>	
<p><b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b></p>	<p>O Município de Cantanhede aplica o princípio da especialização do exercício, onde reconhece os custos e os proventos quando obtidos ou ocorridos, independentemente do seu pagamento ou recebimento efetivo.</p>		<p>As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, com o princípio da especialização da medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de devedores e credores por acréscimos (periodização económica).</p>	



PRESTAÇÃO  
CONTAS  
CONSOLIDADAS **16**

**Ativo Bruto**

Anexo VI (Ponto 8.2 do POCAL)

**ACTIVO BRUTO CONSOLIDADO**

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação / Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates e Sinistros	Doações e Transferências Outras Entidades	Saldo Final
<b>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>								
Terrenos e recursos naturais	7 872 649,32	-93 071,58	0,00	0,00	0,00	0,00	-100 108,61	7 679 469,13
Edifícios	711 693,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	711 693,32
Outras construções e infraestruturas	78 839 016,82	13 117,37	196 310,38	0,00	1 278 505,29	0,00	0,00	80 326 949,86
Bens do património histórico, artíst. cultural	539 611,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	539 611,85
Outros bens de domínio público	625 094,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	625 094,14
Imobilizações em curso	1 690 641,02	-78 676,89	1 276 745,46	0,00	-1 278 505,29	0,00	0,00	1 610 204,30
Adiant. por conta de bens dom. público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>90 278 706,47</b>	<b>-158 631,10</b>	<b>1 473 055,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-100 108,61</b>	<b>91 493 022,60</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>								
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de invest. e desenvolvimento	924 893,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	924 893,89
Propriedade industrial e outros direitos	636 224,80	0,00	45 586,53	0,00	0,00	22 938,40	0,00	658 872,93
Imobilizações em curso	0,00	0,00	29 220,16	0,00	0,00	0,00	0,00	29 220,16
Adiant. por conta de imobiliz. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de Consolidação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>1 561 118,69</b>	<b>0,00</b>	<b>74 806,69</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22 938,40</b>	<b>0,00</b>	<b>1 612 986,98</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>								
Terrenos e recursos naturais	12 356 571,53	-444 504,66	3 487,96	37 239,52	1 137 403,76	0,00	0,00	13 015 719,07
Edifícios e outras construções	55 230 560,86	29 913,20	57 630,02	310 281,77	1 652 412,72	287 645,56	0,00	56 372 589,47
Equipamento básico	49 191 586,49	8 491,64	357 691,66	0,00	35 731,22	88 434,26	1 336,06	49 506 402,81
Equipamento de transporte	2 941 490,18	0,00	74 876,10	10 677,93	0,00	0,00	0,00	3 005 688,35
Ferramentas e utensílios	1 077 749,33	5 582,10	16 024,62	0,00	5 151,18	275,68	0,00	1 104 231,55
Equipamento administrativo	3 140 356,42	0,00	291 164,81	0,00	0,00	24 797,19	0,00	3 406 724,04
Taras e vasilhame	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00
Outras imobilizações corpóreas	6 537 783,35	17 115,84	36 441,35	0,00	1 335,60	33 735,88	0,00	6 558 940,26
Imobilizações em curso	2 658 723,39	-169 072,50	3 752 140,78	0,00	-2 832 034,48	0,00	0,00	3 409 757,19
Adiant. por conta de imobiliz. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>133 134 861,55</b>	<b>-552 474,38</b>	<b>4 589 457,30</b>	<b>358 199,22</b>	<b>0,00</b>	<b>434 888,57</b>	<b>1 336,06</b>	<b>136 380 092,74</b>
<b>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>								
Partes de capital	770 043,03	-60 663,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	709 379,81
Obrigações e títulos de participação	1 179 156,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 179 156,95
Investimentos em imóveis	200 850,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200 850,21
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	1 561,32	0,00	894,59	0,00	0,00	86,93	0,00	2 368,98
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. por conta de investim. financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>2 151 611,51</b>	<b>-60 663,22</b>	<b>894,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>86,93</b>	<b>0,00</b>	<b>2 091 755,95</b>
<b>TOTAL</b>	<b>227 126 298,22</b>	<b>-771 768,70</b>	<b>6 138 214,42</b>	<b>358 199,22</b>	<b>0,00</b>	<b>457 913,90</b>	<b>-98 772,55</b>	<b>231 577 858,27</b>

PRESTAÇÃO  
CONTAS  
CONSOLIDADAS **16**

**Amortizações e Provisões**

Anexo VII (Ponto 8.2 do POCAL)

**AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES**

<b>Rubricas</b>	<b>Conta</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Reforço</b>	<b>Regularizações</b>	<b>Saldo Final</b>
<b>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	262 109,72	23 866,96	0,00	285 976,68
Outras construções e infraestruturas	4853	43 370 813,69	3 614 645,62	-3 250,38	46 982 208,93
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	417 231,51	26 678,82	0,00	443 910,33
Outros bens de domínio público	4859	46 632,36	5 341,01	0,00	51 973,37
<b>Subtotal</b>		<b>44 096 787,28</b>	<b>3 670 532,41</b>	<b>-3 250,38</b>	<b>47 764 069,31</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>	483				
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	898 747,99	26 103,17	0,00	924 851,16
Propriedade industrial e outros direitos	4833	291 126,31	34 186,49	0,00	325 312,80
Diferenças de Consolidação	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>		<b>1 189 874,30</b>	<b>60 289,66</b>	<b>0,00</b>	<b>1 250 163,96</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4822	9 923 878,97	1 218 469,19	-57 282,55	11 085 065,61
Equipamento básico	4823	17 102 610,39	2 049 054,99	-68 975,89	19 082 689,49
Equipamento de transporte	4824	2 815 445,97	68 171,63	-10 677,93	2 872 939,67
Ferramentas e utensílios	4825	1 000 594,18	44 289,92	-275,68	1 044 608,42
Equipamento administrativo	4826	2 648 156,35	226 944,40	-24 797,19	2 850 303,56
Taras e vasilhame	4827	40,00	0,00	0,00	40,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	3 624 235,10	333 952,50	-33 735,88	3 924 451,72
<b>Subtotal</b>		<b>37 114 960,96</b>	<b>3 940 882,63</b>	<b>-195 745,12</b>	<b>40 860 098,47</b>
<b>DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS</b>	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	48121				
Outras construções	48122				
<b>Subtotal</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>	49				
Partes de capital	491	103 997,31	0,00	0,00	103 997,31
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>		<b>103 997,31</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>103 997,31</b>
<b>TOTAL</b>		<b>82 505 619,85</b>	<b>7 671 704,70</b>	<b>-198 995,50</b>	<b>89 978 329,05</b>

# Câmara Municipal / Assembleia Municipal

## ENCERRAMENTO

O presente **Relatório de Gestão** e documentos anexos, composto por **66 folhas**, devidamente numeradas, foi aprovado em reunião da Câmara Municipal de Cantanhede, realizada em **20 de junho de 2017** e assinado eletronicamente.

O Presidente da Câmara,

Os Vereadores:

66

## TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

O Relatório de Gestão que antecede mereceu aprovação por <sup>(1)</sup> \_\_\_\_\_, da Assembleia Municipal <sup>(2)</sup> \_\_\_\_\_ em sua sessão ordinária do dia 30 de junho de 2017, fica assinado eletronicamente pelos seus membros abaixo indicados:

O Presidente,

O 1º Secretário

O 2º Secretário

(1) – Unanimidade ou maioria...;

(2) – Excepto quanto à matéria inscrita a fls..., sob os n.ºs...;

(3) – Ordinária, ou extraordinária.